

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Sueli Carneiro I (depoimento, 2004). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 55min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre SOUTH EXCHANGE PROGRAMME FOR RESEARCH ON THE HISTORY OF DEVELOPMENT (SEPHIS) . É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Sueli Carneiro I
(depoimento, 2004)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Amilcar Araujo Pereira; Verena Alberti;

Técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes; Marco Dreer Buarque;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 20/07/2004

Duração: 2h 55min

Arquivo digital - vídeo: 3; Fita cassete: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto "História do Movimento Negro no Brasil", desenvolvido pelo CPDOC em convênio com o South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (Sephis), sediado na Holanda, a partir de setembro de 2003. A pesquisa tem como objetivo a constituição de um acervo de entrevistas com os principais líderes do movimento negro brasileiro. Em 2004 passou a integrar o projeto "Direitos e cidadania", apoiado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) do Ministério da Ciência e Tecnologia. As entrevistas subsidiaram a elaboração do livro "Histórias do movimento negro no Brasil - depoimentos ao CPDOC." Verena Alberti e Amilcar Araujo Pereira (orgs.). Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007. A escolha da entrevistada se justificou por ter coordenado o Programa da Mulher Negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e por ser uma das sócias fundadoras do Geledés Instituto da Mulher Negra.

Temas: Direitos humanos; Discriminação racial; Esquerda; Família; Feminismo; Filosofia; Movimento negro; Mulher; Pós - graduação; Racismo; Religiões afro-brasileiras; Televisão; Universidade de São Paulo;

Sumário

Entrevista: 20.07.2004

FITA 1-A: Origem familiar; trajetória escolar; a entrada para o curso de Filosofia da Universidade de São Paulo - USP (1972); lembranças da infância; origem da consciência racial da entrevistada; o início do envolvimento com o movimento negro: as reuniões do Centro de Estudos da Cultura e da Arte Negra - CECAN (1972).

FITA 1-B: Influência de Lília Gonzalez na militância da entrevistada; comentários sobre a criação do Coletivo de Mulheres Negras (1984); informações sobre as diferenças do surgimento do Coletivo e o Conselho de participação e desenvolvimento da Comunidade Negra; lembranças do ato nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo (1978); longos comentários sobre o mestrado incompleto (1982).

FITA 2-A: (Continuação) Comentários sobre o projeto de mestrado da entrevistada; informações sobre as atividades exercidas no Conselho Estadual da Condição Feminina; recordações sobre o convite para a coordenadoria do programa da mulher negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1987); contexto da criação do Tribunal Winnie Mandela (1988); breve avaliação sobre o significado do ano de 1988 para o movimento negro; explicações sobre o nome Geledés; longos comentários sobre o projeto O poder feminino no culto aos orixás.

FITA 2-B: Longa caracterização do grupo Geledés; breves considerações sobre o projeto Afro-Ascendentes; longo balanço das atividades do Geledés.

FITA 3-A: Considerações sobre o programa de Saúde do Geledés; discussão sobre a presença de negros nas telenovelas brasileiras; participação do Geledés no Encontro Estadual de Mulheres Negras no Rio de Janeiro; origens do grupo Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras; participação do Geledés no Encontro Nacional de Entidades Negras - ENEN (1991); comentários sobre a importância política da Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida (1995); posicionamento da entrevistada em relação à ação afirmativa e ao sistema de cotas; participação da entrevistada no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

FITA 3-B: Composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; avaliação das atividades do Geledés; opinião sobre a Lei 10.639; comentários sobre a atuação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR; informações sobre a família da entrevistada; balanço da dinâmica do movimento de mulheres negras.

Entrevista: 20.07.2004

Verena Alberti – Sueli, a gente estava aqui pensando como começar a entrevista e achamos que a melhor maneira era começar do começo, da sua trajetória. O que nos interessa, entrevistando as lideranças do movimento negro no Brasil, é entender, em primeiro lugar, como que elas chegaram ao movimento negro, no momento em que isso não era tão claro nem era muito divulgado. Até elas mesmo que construíram esse movimento. Então, antes, vamos ver se a gente pode conhecer um pouco sua origem. Você nasceu quando e onde?

Sueli Carneiro – Nasci em São Paulo.

V.A. – Na cidade capital mesmo?

S.C. – Na cidade capital, no bairro da Lapa, em 1950.

V.A. – Qual é o dia, a gente pode saber?

S.C. – 24 de junho, São João, de 1950. Tenho 54 anos.

V.A. – E os pais? Como era o nome da mãe e do pai?

S.C. – Meu pai: José Horácio Carneiro.

V.A. – E a mãe?

S.C. – Eva Alves Carneiro.

V.A. – E eles eram de São Paulo mesmo, ou eram migrantes de outras regiões?

S.C. – Meu pai nasceu em Ubá, Minas Gerais, em uma família grande, de nove filhos, na verdade eram dezesseis filhos, sobreviveram oito. Eram todos camponeses porque na

época a gente não usava essa expressão “trabalhadores rurais”. Então, de origem camponesa, ele deixou Minas aos dezessete anos e veio tentar a sorte.

V.A. – Sozinho?

S.C. – Sozinho.

V.A. – Conhecia alguém em São Paulo?

S.C. – Nada. Veio com a cara e a coragem, mas antes de parar em São Paulo, de se radicar em São Paulo, ele trabalhou em diferentes lugares do país, conheceu vários estados, trabalhando sempre como trabalhador braçal...

V.A. – No campo?

S.C. – Não. Aí na cidade, como trabalhador braçal em diferentes capitais.

V.A. – Construção civil, essas coisas?

S.C. – É. Até que ele veio para o porto de Santos, foi carregador lá por um período e depois veio para São Paulo e conseguiu entrar na ferrovia Santos-Jundiaí. Ele se tornou ferroviário. A memória que eu tenho é dele como ferroviário. A minha mãe é da cidade de Campinas, ela vem para cidade de São Paulo com a mãe mais quatro irmãos depois de o pai ter falecido, o que colocou a família... Meu avô era tipógrafo, meu avô materno, na época ele tinha uma situação financeira muito especial, para negros daquela época. Ele podia dar uma condição de classe média para sua família, mas ele morreu repentinamente e deixou a família completamente desprotegida e minha avó veio para São Paulo. Minha avó era analfabeta, se tornou doméstica, doméstica cozinheira aqui em São Paulo e tentou criar cinco filhos sozinha, trabalhando como cozinheira.

V.A. – E por que ela não ficou em Campinas?

S.C. – Porque ela perdeu a condição de sobreviver ali. Meu avô era um provedor clássico, ela tinha uma irmã aqui em São Paulo, acho que enxergava também a possibilidade, tendo uma irmã que já trabalhava nesse tipo de coisa, já era cozinheira aqui em São Paulo e que parece que encontrou colocação para ela. E ela veio, trouxe os cinco filhos e foi uma vida terrível, muito difícil, e minha mãe ficou órfã também de mãe aos quinze anos, mas apesar disso ela conseguiu concluir o primário, se tornou costureira e se casou aos vinte e um anos com meu pai. E aí eles tiveram sete filhos, eu sou a primogênita de sete filhos. A minha infância foi em comunidades proletárias. A nossa família é uma família que tem uma forte cultura proletária, herança dessa condição de operário do meu pai. Então ele nos passou muito... Ele vivia, enquanto ferroviário, dentro de uma categoria que era muito solidária, que era muito combativa, na época, muito gregária. E eu acho que ele transferiu esses valores mesmo para os filhos. Então, nós somos culturalmente muito proletários dessa forma: gregários, comunitários; vivemos em uma estrutura de família extensa mesmo, muito próximos uns dos outros, em um sistema de autoajuda, de compadrio. Então, eu me sinto culturalmente proletária.

V.A. – E sua mãe continuou costurando?

S.C. – Não. Parou de trabalhar assim que se casou. Porque meu pai era um macho típico: “Mulher minha não trabalha.” E ela teve que abandonar a atividade profissional dela, que na época, era mais rendosa do que a dele.

V.A. – Ela costurava para fora?

S.C.- Ela era gerente, antes de se casar, de uma oficina de costura na região do Bom Retiro. E ela tinha uma condição profissional melhor do que a dele. Ela pretendia continuar trabalhando, mas ele foi... As mulheres, naquele tempo, não podiam se dar ao luxo de discutir muito com os homens essas coisas. Então ela se tornou dona de casa e passou a cuidar exclusivamente dos sete filhos. Agora, isso também foi uma coisa que teve um impacto muito grande sobre mim, pelo fato de que meu pai foi um provedor, ele conseguiu sustentar sete filhos e educar sete filhos, sozinho, praticamente sozinho. Eventualmente minha mãe, durante o casamento, trabalhou dentro de casa como

costureira, em algumas épocas de maior aperto, mas ele foi o grande provedor. E eu tenho muito orgulho disso, porque meu pai era semianalfabeto. Ele acabou de se alfabetizar, ele tinha mais de sessenta anos. Então é uma coisa muito especial um homem negro com sete filhos, conseguir fazer sua família, embora em uma condição de pobreza. Porque eu pertenço a uma época em que a pobreza tinha muita dignidade. Você era pobre, sabia que era pobre, mas era possível ter muita dignidade dentro dessa condição. É muito diferente do que a pobreza representa hoje, porque ela perdeu essa dignidade, eu acho. Então éramos pobres, sabíamos que éramos, mas tínhamos uma estrutura familiar organizada, meu pai era uma liderança comunitária, no sentido de que era um homem muito respeitado pelos seus pares, na sua categoria profissional, e muito respeitado dentro da nossa comunidade de bairro proletário.

V.A. – Ele fazia o trajeto de Jundiaí da estrada de ferro?

S.C. – Ele era bilheteiro.

V.A. – E trabalhava em São Paulo?

S.C. – Trabalhava na estação da Lapa.

V.A. – Então era pertinho de casa.

S.C. – Nós vivemos na Lapa até eu fazer seis anos, depois nós fomos para uma região mais periférica, de Pirituba, Vila Bonira. Já é uma região mais periférica. Na época, hoje são bairros muito desenvolvidos, mas na época, não. A minha mãe é uma mulher muito inteligente e muito promissora, muito talentosa e muito ambiciosa, do ponto de vista profissional. Embora ela nunca tenha se arrependido de ter deixado a profissão por amor, ela carregou durante toda vida uma grande frustração, de não ter podido realizar tudo o que ela ambicionava em termos de estudo e sobretudo em termos de autonomia econômica, profissional, essas coisas. Então ela sempre educou as filhas, empurrou as filhas para buscarem autonomia econômica, financeira, sobretudo através da educação. Então nós fomos fortemente estimuladas. E era uma coisa muito interessante como é que isso se manifestava, que ela nunca nos estimulou para as tarefas domésticas.

Embora... Era uma família enorme, de nove pessoas, e uma família pobre, a gente vivia em casas muito precárias, era tudo muito difícil e exigia que todo mundo tivesse atividade. Mas embora a gente tivesse algumas tarefas que fosse necessárias serem realizadas, ela nunca valorizou para nós que aquilo fosse para nenhuma das quatro filhas – nós somos quatro mulheres e três homens. Mas ela nunca permitiu que nós sonhássemos com aquilo, de ter por projeto de vida sermos donas de casa. Então ela nos impulsionou muito para buscar autonomia e independência.

V.A. – Vocês estudaram perto, em escola pública?

S.C. – Escola pública, todo mundo, desses bairros em que a gente viveu, Lapa, Pirituba... Quando eu concluí o que é equivalente hoje ao segundo grau, eu fiz curso colegial, fiz científico, naquela época tinha científico...

V.A. – E clássico.

S.C. – E clássico. Aí depois disso eu fiquei uns dois anos sem perspectiva porque não tinha condições de fazer cursinho, não tinha dinheiro nem para tentar vestibular, para fazer a inscrição. Fiquei uns dois anos meio que com a cara para cima até que eu consegui uma bolsa de seis meses em um cursinho, aí prestei vestibular na USP e passei em Filosofia.

V.A. – Como é que você conseguiu a bolsa?

S.C. – Eu acho que tinha uma linha lá de bolsa. Eu fui no Objetivo, na época, em 1970, 71... Eu tenho a impressão tinha uma política de bolsa lá, eu sei que eu consegui uma bolsa. Ah sim, como é que foi isso? Porque em 1971 eu entrei para o serviço público. Aí eu passei em um concurso e me tornei escriturária da Secretaria da Fazenda de São Paulo. E aí eu tinha salário, comecei a trabalhar, tinha, digamos, um emprego estável de funcionária pública. E aí eu já tinha como pensar... Então eu me lembro que aí eu consegui uma bolsa parcial, que me permitia, com um pouco do meu salário, completar e fazer. Aí eu fiz esse período de cursinho.

V.A. – E aí já era...

S.C. – Em 1972 eu entrei na USP.

V.A. – E por que Filosofia?

S.C. – Porque eu sempre vivi inquieta. Quer dizer, a existência sempre foi uma grande inquietação. [riso] Na verdade é “existimos... a que será que destinamos?” É sempre um ponto de interrogação, de indagação permanente.

V.A. – Mas tinha assim outras pessoas que tinham feito, que você se espelhou...

S.C. – Não. Eu sou a primeira universitária da minha família.

V.A. – Mas assim, de pessoas conhecidas?

S.C. – Não. Eu acho que professores que me influenciaram.

V.A. – Da escola?

S.C. – É da escola, principalmente... Professores de Português que puxavam para essa coisa, professores da área de Literatura, que levavam para a especulação filosófica, algumas disciplinas que eu tive no segundo grau, que chamavam para esse tipo de especulação e alguns professores que maravilhavam com a reflexão que tinham, com as coisas que nos passavam, acho que me levaram para escolher a Filosofia.

V.A. – Agora, por que você escolheu fazer a universidade? Porque você podia ficar no seu emprego de escriturária, satisfeita, justamente porque é a primeira universitária da família, quer dizer, deve ter puxado para os outros seis que estavam vindo, o exemplo. Podia também ler um pouco sobre Filosofia e ficar satisfeita com isso.

S.C. – Não. Eu acho que eu pertencço a uma das últimas, senão a última geração que desfrutou de escola pública de qualidade, e escola pública de qualidade naquela época,

ela mobilizava o teu interesse intelectual, o teu interesse pelo conhecimento, o seu amor pelo conhecimento, que é um dos sentidos da palavra filosofia. Então eu tive que parar praticamente dois anos por falta de recursos para pensar em alguma solução para continuar os estudos. Mas isto era um horizonte que estava colocado e eu não tinha muitos outros interesses além de estudar, eu não tinha muitos outros interesses. Eu fui uma adolescente que a maior parte da minha adolescência eu gastei lendo, porque eu tinha paixão por literatura. Mas sobretudo porque o lazer era uma coisa que não existia da forma... Cinema – eu entrei pela primeira vez em um cinema eu tinha dezesseis anos e depois eu levei mais uns três para voltar a entrar em um cinema. O mar eu fui... Enquanto eu era filha única, eu fiquei filha única durante quatro anos...

V.A. – Ah, foi? Quatro anos.

S.C. – Foi. Durante quatro anos. Era outra condição, então nós passávamos fins de semana, conta minha mãe, regularmente em Santos. Mas depois que começou a vir um filho atrás do outro, as coisas foram se apertando muito e a gente empobreceu muito. E também, as condições vinham piorando. Então a primeira memória que eu tenho do mar era dos meus dezenove anos. Essa coisa da vida cultural, do lazer, não eram... Quer dizer, fora aquelas coisas que eram possíveis de fazer, as brincadeiras que eram possíveis de fazer no bairro, a quermesse, a igreja, essas coisas... A gente não tinha vida cultural nos termos que a gente entende isso hoje. Então a literatura sempre foi a minha esfera principal de prazer, de buscar... Então era a coisa que eu mais fiz, a coisa que eu mais fazia. Isso também veio da minha mãe, uma influência também da minha mãe, porque a minha mãe sempre foi uma grande leitora também. Então eu acho que eu tinha a motivação para ler, estudar, eu fui muito estimulada. Eu entrei alfabetizada pela minha mãe. Depois dos vinte anos que eu comecei a ter condições de poder retomar de maneira mais decisiva esses sonhos de continuar estudando.

V.A. – Então foi em 1971, não é?

S.C. – Eu entrei em 1972.

Amilcar Pereira – Quando é que você termina o curso?

S.C. – Eu demorei lá, porque naquela época a gente podia se eternizar na universidade. Eu terminei em 1980.

V.A. – Nessa época, aqui em São Paulo, estavam acontecendo algumas coisas nessa década de 1970, relativas ao movimento negro. A gente tem algumas coisas levantadas, os jornais, por exemplo, imprensa negra: *Jornegro*, *Árvore das palavras*, *Cadernos Negros*, tinha em Campinas o grupo Evolução, aqui acho que também a Associação Casa de Arte e Cultura Afro-Brasileira, que é a Acacab, tinha o Cecan, que é o Centro de Estudos e Arte Negra. Durante a sua faculdade na USP, foi nesses anos 1970 então, você teve contato com esses movimentos? Como é que foi o despertar para esse lado do movimento negro, ou não foi nessa época?

S.C. – Não. Uma coisa é a consciência racial. Isso você traz, quando existe na família, você traz da família.

V.A. – E existia na família?

S.C. – E isso era uma coisa que sempre foi muito martelada dentro da minha educação.

V.A. – Por exemplo?

S.C. – Meus pais sempre nos alertaram aos filhos que seriam discriminados, que sofreriam processos de discriminação. Então eles não tinham grandes elaborações de como, o que fazer com isso. Mas nós sabíamos que não poderíamos nos deixar ser humilhados. Então, em geral, uma agressão racial a gente deveria responder de qualquer maneira, fosse inclusive de forma violenta. Então a minha mãe dizia: “Se chegar chorando em casa vai apanhar de novo.” Então tinha que reagir. Cada um que fizesse como pudesse, mas tinha que reagir. E em função disso eu me tornei uma menina bastante braba, porque eu tinha mais medo da minha mãe que do racismo. [riso] Minha mãe era terrível, e ela batia sem piedade. Então a instrução era mais ou menos essa: “Tem que responder, tem que reagir. Não pode se deixar ser humilhado. Então se não der para responder na palavra, resolve no braço.” Era mais ou menos esse tipo de

pedagogia. As agressões eram constantes. A partir do momento que a gente entra para a escola, a gente começa a viver. Eu me lembro que a partir dos seis anos de idade, que eu entrei para a escola que começa a aparecer: “Negrinha! Cabelo de bombрил! Pelezinho!” Todo o tipo de agressão, e eu não tinha dúvida: quando não tinha argumento eu descia o braço, numa boa. [riso] Numa boa. Essa coisa de: “Somos negros e nós temos que...” também tinha um outro tipo de instrução, que é muito comum nas famílias negras quer dizer: “Nós somos negros, nós somos visados, então nós temos que fazer tudo melhor, temos que fazer tudo muito bem feito para não dar elementos para que nos discriminem.” Então também essa exigência de que tínhamos que fazer as coisas muito bem-feitas, porque “somos negros e se não fizermos, seremos discriminados”. Então isso era muito maricado.

V.A. – E essa consciência dos seus pais, vinha dos pais deles?

S.C. – Com certeza.

V.A. – Porque às vezes não passa para a família isso, não é?

S.C. – Eu acho que em geral tem isso. Acho que na maioria das famílias é assim que funciona. Eu acho que é o tipo de socialização que a maioria das pessoas que eu conheço sofreram. Uma coisa é ter a consciência de ser negro e ser discriminado, e ter a dignidade e defender a dignidade do ser negro. Outra coisa é essa consciência se politizar e se transformar em uma perspectiva de ação política, no tornar-se militante. Isso é um outro... Isso pode acontecer ou não. Ninguém é obrigado a virar militante porque é preto. Mas a maioria das pessoas tem consciência que está exposta a diferentes formas de discriminação. As famílias tentam dar instrumentos, sobretudo para as crianças se defenderem disso. Nem sempre as famílias têm repertório suficientemente desenvolvido para oferecer as melhores soluções, sobretudo para as crianças se defenderem do racismo. Mas a maioria das famílias sabe muito bem, tem consciência racial, tem consciência da discriminação racial. Agora, isso ser um elemento de engajamento político, é uma outra discussão.

A.P. – A gente tem conseguido alguns relatos interessantíssimos sobre esse momento de... Conversão, de assunção da negritude, e de assumir responsabilidades enquanto militante, de entrar, se engajar... Há um momento que você destaque como um momento de integração dentro desse movimento que você falou que começou a acompanhar na década de 1970? Tem algum momento que você considere como um marco para essa conscientização?

S.C. – Tem sim. Para mim, na trajetória que eu fiz como militante, tem um momento emblemático. Mas antes dele tem outros momentos. Eu acho que isso que eu vou dizer tem a ver também com o processo da maioria das pessoas negras. A gente que vive nas periferias, a gente que vive nas periferias, hoje a realidade é diferente, mas era muito mais segregado, eu tenho 54 anos, então na minha época, quando eu era adolescente, jovem até os 21 anos eu vivia, digamos, no que hoje é considerado periferia. Então as coisas não chegam facilmente na periferia. Então havia toda uma efervescência dos negros desde a década de 1940, havia toda uma efervescência na década de 1960 que não chegava, uma informação que não chegava. Ou seja, eu passo a ter contato com essa dimensão política do pensar a questão racial a partir do momento em que eu começo a trabalhar no Centro da cidade, eu fiz um concurso para a Secretaria da Fazenda, que é ali na praça Clóvis. Então ali eu começo a conviver com o Centro da cidade de São Paulo, onde as coisas acontecem, onde havia uma efervescência da década de 1960 e sobretudo da década de 1970. Quer dizer, a partir desse momento que eu começo a abrir... O meu horizonte se abre para que eu possa entrar em contato com coisas que as pessoas negras estavam fazendo, e que não chegavam nesses cantos onde a gente vivia. Tanto é que eu estou dizendo, a primeira vez que eu fui ao cinema foi aos dezesseis anos e depois levou mais uns quatro, uma coisa assim. Então a informação não chegava. É aí que eu começo a entrar em contato com os negros que estão na cidade, que estão trabalhando, que estão se juntando, se organizando. Você começa a receber um outro tipo de informação, de interagir com um mundo que está borbulhando e que lá no seu canto não está acontecendo quase nada. E aí eu comecei a participar das reuniões do CECAN, que foi a minha primeira porta de entrada no movimento negro. Então eu comecei a acompanhar...

V.A. – Como é que você teve conhecimento dessas reuniões?

S.C. – Não me lembro mais, mas alguém, alguma amiga de trabalho que conhecia – provavelmente foi algo assim – e que me levou, e foi como eu comecei... Não, não é isso. Meu ex-marido trabalhava no Metro, onde trabalhava o Isidório Teles, que era a grande liderança do CECAN nessa época.

V.A. – Qual época mais ou menos?

S.C. – 1972, acredito eu... 1971, 72...

A.P. – Tereza Santos já estava em Angola?

S.C. – Tereza é antes. Eu acho que 71 ou 72. E acho que foi por intermédio desse relacionamento que eu acabei chegando no CECAN. E aí eu comecei a acompanhar os debates, a participar. Daí então, eu comecei a ir a todos os eventos de movimento negro, e fui plateia aí de todas essas pessoas que você está entrevistando: Milton Barbosa, Hamilton Cardoso, Isidório Teles, Maria Lúcia da Silva, que era a companheira dele no CECAN, e também uma das lideranças do CECAN naquela época. Eu acho que foi a minha primeira porta de entrada no movimento negro.

V.A. – Você ia falar talvez, o que o Amílcar perguntou, se houve um momento...

S.C. – Ah sim. Aí nós temos o que? Isso deve ser 71, 72...

[FINAL DA FITA 1-A]

S.C. – ...72 eu entro na universidade, aí começa um outro... Quer dizer, tem essa coisa do CECAN rolando, e aí começa também o contato com os negros universitários. Lá para 1973, 74, não lembro mais. Aí que eu conheço Hamilton Cardoso, Milton Barbosa e Rafael Pinto, e o Vanderlei Maria José, que foram quatro cavaleiros do apocalipse também na minha vida porque eles eram os... Mas isso eu acho que já é mais tarde, acho que já é 1978, eu não estou certa das datas. Porque tem um momento inacreditável que foi feita, acho que a primeira assembléia na Universidade de São Paulo, em que esses

caras estavam todos nesse debate; um debate enorme que mobilizou a Universidade inteira e que eu enlouqueci porque eu via o vigor daquelas lideranças, o discurso, a articulação. E eu sei que aquilo foi mais um empurrão definitivo para mim. Em 1978 nasce o MNU, por isso que eu não estou certa das datas, e essas pessoas são ponta de lança do MNU, e o MNU traz uma nova perspectiva para se pensar a questão racial do ponto de vista do ativismo, articulando o tema de raça e classe. Então situa, traz um nível de politização maior para o debate racial e situa o movimento negro em uma perspectiva mais à esquerda, em uma visão mais de esquerda, que eu acho que foi a influência fundamental de toda a militância da minha geração. Mas o ponto mesmo emblemático para mim, foi quando eu vi – eu não sei a data, isso deve ser lá para 1978, 79, alguma coisa assim – foi quando eu vi em uma palestra aqui na Biblioteca Municipal de São Paulo, quando eu vi pela primeira vez a Lélia Gonzalez. E de fato, quando eu ouvi a Lélia Gonzalez, eu descobri o que eu queria ser quando crescesse. [riso] Politicamente, do ponto de vista político. Porque a Lélia veio resolver o pedaço que faltava em toda essa efervescência, de todo esse debate, e que era fundamental para minha experiência pessoal, para minhas inquietações. Que era como pensar a questão de gênero, pensar a questão específica da mulher negra no contexto da luta racial. E quando eu ouvi a Lélia, parecia que ela estava dentro do meu cérebro organizando, entrando no meu cérebro e organizando tudo que me inquietava, tudo que eu sentia, que eu não conseguia formular, que eu não conseguia organizar, parece que ela botou ordem na casa. E a partir daquele dia eu sabia perfeitamente o que é que eu iria fazer, que eu iria construir a minha militância articulando as duas questões de gênero e de raça. Então, dali para frente é o que eu faço. Porque aí eu já sabia. Quando eu ouvi a Lélia eu descobri perfeitamente para onde ir, e dali surgiu um engajamento mais profundo com o movimento de mulheres, com o movimento feminista e as perspectivas que decorreram dali, a pensar formas de organização específicas de mulheres negras e aí o resto deu no que deu.

V.A. – O que te inquietava naquele momento que a Lélia mais ou menos arrumou? O que era específico da questão de gênero e raça?

S.C. – O que a Lélia já tinha para nós mulheres negras? Ela tinha uma elaboração teórica, conceitual e política do que era, da contradição que era ser mulher negra na

sociedade brasileira. De como isso era uma identidade específica, uma identidade política específica, que nos colocava em rota de colisão, por exemplo, com o feminismo, sob determinados aspectos, na medida em que ele, ao não incorporar a dimensão racial na problemática de gênero, não reconhecia o papel que a racialidade cumpria nas desigualdades entre as mulheres... Eu estou falando isso tudo com um discurso de hoje, que não era nem o discurso da Lélia na época e muito menos o meu. Mas o que é que a Lélia sabia? Sabia conceituar e formular a contradição específica de ser mulher negra, a questão de como a desigualdade, como o racismo e a discriminação produziam a nossa realidade de exclusão e diferenciava a nossa inserção social em relação às das mulheres brancas. Então esta visão, e a Lélia tinha uma coisa maravilhosa, que é como que ela conseguia positivar todas aquelas coisas com as quais nós éramos estigmatizadas. Então ela fazia uma leitura desestigmatizadora daquilo que era o estigma e de positivação daquelas coisas que eram consideradas estigmas. Então, ele falava naquela palestra de como nós tínhamos que curtir muito e “numa boa”, como ela gostava de falar, “e numa boa” o fato de que a gente tinha as características físicas que a gente tem, somos coxudas, somos bundudas, temos graça, temos charme, dançamos, contrariando a lógica que é opressora, inclusive no interior das famílias negras que estão em processo de mobilidade, sobretudo, de castrar esses traços culturais que marcam o nosso corpo no sentido de nos formatar dentro de um ideal de comportamento, de um ajustamento à figura feminina hegemônica. Então a Lélia subvertia tudo isso, ela resgatava a imagem da mãe preta, a imagem da mulata, ela positivava, ela invertia a leitura tradicional que se fazia desses estereótipos e nos devolvendo o que havia de positivo nessas coisas, o que havia de grandiosidade, de lúdico, de vitalidade nessa cultura, que nos fazia sermos mulheres diferentes das brancas, das índias e de outras. E como nós não tínhamos que abdicar de nada disso, sobretudo para exigir respeito e para sermos valorizadas na sociedade. E sobretudo, ela apontava de como isso era uma luta política. Como ser mulher negra encerrava também uma possibilidade de protagonismo político. Que ela já exercia na organização que ela criou no Rio de Janeiro, Nzinga e que inspirada nessa experiência eu e outras mulheres negras criamos aqui o primeiro Coletivo de Mulheres Negras, já em, acho que em 80 e...

V.A. – 1984. Pelo seu currículo é 84.

S.C. – O Coletivo de Mulheres Negras?

V.A. – É. Pelo que você nos mandou.

S.C. – Acho que é antes. Porque o coletivo foi antes. Ele foi, acho que de 1982, porque ele surgiu de uma disputa que nós mulheres negras acabamos travando aqui em São Paulo, quando da criação do Conselho Estadual da Condição Feminina.

V.A. – No governo Franco Montoro?

S.C. – No governo Franco Montoro, foi o primeiro conselho da mulher criado no Brasil.

V.A. – Aqui: “Foi uma das criadoras do Coletivo... São Paulo, 1984.”. Mas, você acha que é um pouco antes?

S.C. – Eu acho que é um pouco antes, acho que é 1982, 83. Pode ser 1984.

V.A. – Porque eu acho que o Montoro entrou em 83.

S.C. – A eleição foi em 82.

V.A. – Mas ele entrou em 83. De 1983 a 87.

S.C. – Aí, no final acho que ele criou o conselho. Deve ser 1983 essa data. E aí o Conselho foi criado sem nenhuma conselheira negra. E foi aí que isso produziu uma indignação. Na época nós tínhamos uma radialista chamada Marta Arruda, que denunciou. Ela tinha um programa de rádio.

V.A. – Ela era negra?

S.C. – Negra. E ela, sabendo que o Conselho havia sido criado sem nenhuma representação de mulher negra, ela botou a boca no trombone e, na época, o programa dela tinha muita audiência, e ela começou a fazer essa denúncia de exclusão das

mulheres negras. Como é que cria um Conselho em São Paulo e não tem nenhuma representação de mulheres negras?

V.A. – Engraçado, porque ele criou o Conselho de participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra.

S.C. – Não. Esse foi depois do da Mulher.

V.A. – Esse foi depois? Então foi por causa dessa grita geral...

S.C. – Não.

V.A. – Também não. Então conta.

S.C. – Uma coisa é o da Mulher, outra coisa é o do Negro. Acontece o seguinte: o da Mulher era o Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo, e havia 32 conselheiras e não tinha nenhuma mulher negra como conselheira. Então a Marta Arruda começou toda uma campanha de questionamento e de denúncia dessa exclusão e convocou as mulheres negras do movimento para responderem a isso. E foi em função disso que nós criamos aqui em São Paulo o Coletivo, que primeiro foi uma frente mesmo. Não tinha pretensões de se institucionalizar. Era uma frente para combater essa exclusão e isso produziu uma polêmica em São Paulo, porque muitas manifestações, sobretudo da Marta Arruda fazendo uma denúncia sistemática no rádio. Aí a gente se organizou no Coletivo, aí começamos a negociar com as conselheiras a inevitabilidade de incluir pelo menos uma mulher negra entre as conselheiras. Ao fim dessa luta a gente levou o nome da Tereza Santos para ser a titular representando as mulheres negras e da Vera Saraiva para ser a sua suplente. Mas aí, como nós tínhamos travado uma verdadeira guerra aqui em São Paulo para entrar no Conselho, o Coletivo acabou tendo que continuar articulado para dar sustentação ao mandato das conselheiras negras, para produzir ideias, produzir documentos, ou seja, para dar sustentação. Então nós continuamos organizadas em torno desse mandato. Daí resultou que depois que a Tereza cumpriu o primeiro mandato, aí nesse contexto já do mandato dela, ela exige que o

conselho crie... é verdade, porque aí nós já estamos entrando em 1985... É, 1984, 85, acho que você tem razão. A tua data pode estar certa.

V.A. – Não. A data é do seu currículo.

S.C. – É. E aí, em 1985... E acho que eu estou certa. 83 foi a criação, 84 começa o processo de preparação da participação das mulheres na conferência de Nairóbi de 1985. E aí o Conselho faz uma coleção sobre a década da Mulher, e aí a Tereza exige que seja feito um documento específico sobre a mulher negra. Porque a Tereza é uma liderança ótima, ela bate, peita, briga: “Porque nós queremos... Nós vamos escrever um livro específico sobre a mulher negra dentro dessa coleção. Não pode sair uma coleção fazendo uma avaliação da situação da mulher em São Paulo sem ter uma discussão sobre a mulher negra.” E aí, é duro de dizer não para a Tereza Santos porque ela é porretíssima. E aí eu sei que as pessoas nem se atreveram porque disseram: “E quem vai fazer, vocês têm?” Ela disse: “Nós temos massa crítica para fazer isso. Nós fazemos.” Aí ela chega para mim e fala: “Faz o livro.” [riso] Era bem o jeito dela: “Agora faz. Você é louca de não fazer? Eu falei que a gente ia fazer, agora faz.” Então foi aí quando nós produzimos aquele estudo sobre a mulher negra, que é o primeiro estudo, de 1985, eu acho, que foi editado pela Nobel. Que é o primeiro estudo sobre a situação da mulher negra e sobre as desigualdades entre negras e brancas. Eu acho que é o primeiro trabalho que vem com esse recorte no Brasil.

V.A. – Deixa eu só voltar um pouco. A gente aqui no seu currículo que você foi conselheira e secretária geral desse Conselho Estadual...

S.C. – Depois de cumprido o primeiro mandato da Tereza, no processo de renovação, aí nós conseguimos ampliar a representação de mulheres negras, nós criamos a comissão para assuntos da mulher negra do Conselho, institucionalizamos um espaço específico para pensar a mulher negra, aí nós chegamos a ter, acho que, umas vinte mulheres negras trabalhando nessa comissão dentro do Conselho. Foi aí que eu fui convidada para me tornar conselheira e depois fui convidada, fui eleita para ser a secretária-geral do Conselho na gestão da Zuleica Lambert.

A.P. – Uma questão rápida: esse contato com a Lélia foi antes do ato de 1978. Porque a Lélia vem para o ato de 1978. Você estava nesse ato?

S.C. – No ato de 78 eu estava. Mas eu não lembro se é antes ou depois, sabia? Eu acho que foi depois.

A.P. – Você participa do ato das escadarias?

S.C. – Sim. Mas na época eu era base. Eu não era liderança, eu era base.

A.P. – Qual sua impressão, enquanto base, lá do ato?

S.C. – Eu acho que é o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo, é aquele 7 de julho de 1978. Eu acho que é o fato político mais importante mesmo do movimento negro contemporâneo, porque eu acho que tudo que ocorre depois se referencia nesse ato inaugural de refundação, digamos, do movimento negro contemporâneo. Acho que muitas das organizações que estão hoje, elas são releituras das teses que existiam naquele... que foram produzidas; apropriações parciais ou integrais, mas releituras. Eu acho que a visão estratégica que é colocada naquele momento, ela orienta até hoje. A visão estratégica, a leitura da questão racial que é colocada naquele momento, ela continua no imaginário da militância negra e sendo apropriado de diferentes maneiras. Mas eu acho que é a leitura referência da questão racial com que se trabalha ainda hoje. Eu acho que não foi criada uma outra grande tese tão abrangente tão... Como o MNU traz. Provavelmente é possível dizer que o enfoque para a questão racial que o MNU traz, talvez, teve e tem uma influência política maior do que o próprio MNU enquanto instituição, no tempo. No tempo as teses acabaram sobrevivendo mais do que a própria instituição tal como ela foi concebida originalmente. Ela está aí mas eu acho que as teses continuam produzindo... Há muita gente que não sabe, mas lê o mundo a partir da questão da racial, a partir de teses que foram colocadas na rua e foram sendo apropriadas e repassadas por nosso jornal *Nagô*, e que nem sabe mais de onde vem, mas que estavam presentes aí nessa visão.

V.A. – Antes do ato houve algumas reuniões preparatórias. Você chegou a participar dessas reuniões também?

S.C. – Não. Eu cheguei a participar de algumas convocações, mas eu não era uma pessoa que tinha um papel de liderança nesse contexto. Eu estava naquela época ainda que a gente bate palma para as lideranças e vai para onde elas mandam.

V.A. – Porque teve uma reunião de 18 de junho, você chegou a participar dessa?

S.C. – Essa não. Essa deve ter sido dos capa pretas. [risos]

V.A. – Porque você está falando das teses, porque essas teses foram elaboradas depois, os estatutos... Você participou disso também? Teve uma reunião depois no IPCN, logo em seguida.

S.C. – Não. Eu era base.

A.P. – Seguiam as lideranças...

S.C. – É. Mas eu nunca fui do MNU. Eu nunca fui. Eu sempre fui simpatizante, e o ato foi convocado. Todos os negros que tinham algum envolvimento estiveram presentes. Mas nunca fui membro militante do MNU. Quando eu me organizo é através do tema da mulher negra. Eu me organizo em torno da questão da mulher negra.

V.A. – Antes dessa participação no Conselho do governo Montoro, de acordo com seu currículo, nós temos aqui duas informações interessantes: Primeiro que em 1982 tem uma dissertação de mestrado, inconclusa, *A Filosofia africana contemporânea*. O que você estudou? Que autores, que países?

S.C. – Na verdade, eu era uma... eu tinha pretensão de fazer, na verdade, vida acadêmica. Isso foi em 1982. Pois é, quando eu comecei a desviar a minha rota. Exatamente quando começa o burburinho em torno da questão da mulher negra, do Conselho. Tudo estava indo na direção de eu fazer vida acadêmica. A militância vai

começando a comer o meu projeto e me desviando daquilo que, eu suponha, era a minha vocação natural. Que hoje eu tenho certeza que não é. Mas nessa época eu estava encaminhando, junto com isso tudo que está acontecendo, eu estava encaminhando o meu primeiro projeto de mestrado. E a minha intenção era contribuir em todo esse debate sobre a questão racial, desenvolvendo uma dissertação de mestrado que pudesse trazer para o Brasil o pensamento filosófico africano contemporâneo. Porque é uma literatura que se desconhece mesmo dentro... A Universidade de São Paulo não chega sequer a reconhecer que existe filosofia africana contemporânea, na época, inclusive, mais de vinte anos atrás, se se falasse em filosofia africana, eu acho que o máximo que eles admitiriam conceber é que fosse visão de mundo, cosmogonia, essas coisas. E na verdade existia, já naquela época, filósofos contemporâneos do Benin, do Senegal, de Camarões, que tinham um prestígio internacional, inclusive, superior aos nossos filósofos brasileiros. E que eram absolutamente desconhecidos da academia aqui no Brasil. E sobretudo ignorados pela faculdade de Filosofia da USP. E eu tinha, em paralelo com a coisa do ativismo, eu tinha também todo um envolvimento com a questão religiosa, eu sou filha de santo. Então o Candomblé era uma coisa também muito presente como visão de mundo, especulação filosófica na minha vida. E eu conheci um autor, pelo qual me apaixonei, era meio o “impacto Lélia Gonzalez”, ele tinha sobre o meu pensamento, e se chama Paulin Hountondji . Ele é vivo ainda, eu acho que ele dá aulas nos Estados Unidos. E ele era um crítico empedernido de uma coisa que ele chama, que ele botou um codinome de Etnofilosofia, que é uma linha de investigação aberta, sobretudo pelos estudiosos das tradições religiosas africanas, e que ele achava que era uma forma arbitrária de tratar as nossas concepções, a nossa visão de mundo, a nossa cosmogonia, tentando aprisioná-la dentro de categorias filosóficas que lhes são absolutamente estranhas. Então ele achava que era mais um expediente e uma forma de apropriação e expropriação do colonizador, esta forma de apropriação da nossa visão de mundo, das nossas categorias de pensamento. E ele cunhou essa expressão etnofilosofia, uma expressão que encerra uma profunda crítica através da qual, e o trabalho dele vai todo no sentido de desmascarar isso que ele considera uma forma de apropriação que empobrece tanto a filosofia enquanto tal, quanto o que essa coisa é de fato. Reduz tanto um campo quanto o outro e só serve para os interesses dos especialistas, de antropólogos, etnólogos, e de fato não acrescenta efetivamente nada. Porque são formas, inclusive, de fossilização da cultura, dos valores das nossas

comunidades tradicionais para gáudio, digamos, do colonizador, e tem impacto quase nenhum sobre a vida, tanto para a compreensão dessas experiências, ou para a transformação, ou para enfrentamento de desafios que as nossas comunidades têm.¹

V.A. – Ele é de que nacionalidade?

S.C. – Eu não sei se ele é do Benin ou de Camarões, estou em dúvida agora.

V.A. – Ele é um dos que você...

S.C. – Ele era o autor que eu iria trabalhar.

A.P. – Como você chega até ele?

S.C. – Eu concluí o curso de Filosofia, depois eu me matriculei no mestrado e no processo de crédito eu fiz algumas disciplinas em que eu consigo encontrá-lo, e aí... Mas eu estava tendo um certo, um relativo contato com essa literatura, através também do interesse pelo candomblé, interesse também sobre os estudos sobre o candomblé, onde já se anunciavam algumas das críticas que ele vai apontar no trabalho dele. Então a ideia era, através dele...

[FINAL DA FITA 1-B]

V.A. – ...Do Paulin Hountondji.

S.C. – Então a ideia era através dele poder dialogar com a produção, inclusive nacional sobre... Através dele, dessa crítica, pensar as formas de apropriação que alguns estudos fazem das tradições culturais negras. E também poder trazer, para dentro desse trabalho, outros filósofos que estavam pensando a África naquele contexto, nos desafios que o

¹ Paulin Hountondji é um filósofo e político beninense. Sendo professor de Filosofia da Universidade de Cotonou, no Benin, tornou-se um dos maiores críticos da etnofilosofia, campo de conhecimento forjado pela aproximação da etnologia ao pensamento filosófico africano. Ver: Paulin J. Hountondji, « *Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos* », Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 80 | 2008, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado 14 janeiro 2020. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/699> ; DOI : 10.4000/rccs.699

continente tinha pós-descolonização. Toda a efervescência de um pensamento africano, que estava pensando o mundo hoje e sobretudo a África naquele momento, com seus desafios e quais as matrizes políticas e ideológicas que se dispunha. E pensando criticamente as próprias matrizes políticas e ideológicas que tinha. Era um projeto através do qual eu teria que revisitar a tradição pan-africanista, teria que revisitar e dialogar e conhecer aquela tradição filosófica desconhecida que estava pensando esse contexto de final de século XX, desafios do continente africano, a questão do marxismo, o humanismo africano, eram os temas que envolviam ele. Ele é um autor que tinha vínculos profundos com o marxismo, então era uma literatura que era interessante de trazer, que era o tipo de contribuição que eu pretendia dar: abrir esse tipo de diálogo entre nós, possíveis intelectuais negros, com esse pensamento. Mas aí eu fui me desviando, me desviando, me desviando, e tudo isso deu em nada, porque eu acabei caindo no ativismo e larguei.

V.A. – Você tinha um orientador para essa dissertação, uma pessoa com a qual você tinha uma interlocução?

S.C. – Isso era uma complicação adicional desse mestrado, porque, como eu disse, no departamento de Filosofia não tinha nada de filosofia africana, então quem me abrigou foi o Centro de Estudos Afro-Asiáticos...

V.A. – Da Candido Mendes?

S.C. – Não. Esse da USP, eu sempre confundo os dois. Dentro da USP tem um centro de estudos... é um parecido com esse, mas não é exatamente. E lá o professor Fernando Augusto Albuquerque Mourão que era o...

V.A. – O orientador.

S.C. – É, que era também o chefe daquele departamento de estudos africanos, ele que me abrigou. E a ideia era que eu fizesse uma coisa...

V.A. – Coorientação.

S.C. – Coorientação de alguém de lá. Com ele aqui e alguém de Filosofia de lá. Mas não deu tempo de chegar aí, eu parei antes da minha qualificação.

V.A. – E tem em 1983, ainda nessa época, de acordo com o currículo, o estudo acadêmico *O movimento negro na última década*, mimeo, CNPq, 1983. Eu fiquei muito curiosa.

S.C. – Mas isso foi um trabalho que eu fiz, eu acho que com uma bolsa do CNPq, com orientação do professor... Uma mulher de 54 anos que precisa de reposição hormonal e não faz, não tem memória. [riso] Que era titular da... João Batista Borges Pereira. Que era o titular da Sociologia e um dos intelectuais da escola paulista que estudou a questão racial. Então eu acho que foi um trabalho para ele que eu fiz...

V.A. – É interessante porque em 1983 você já estava pensando o movimento negro da década de 1970 como objeto de análise. Existe esse trabalho ainda, a gente pode ter acesso a ele?

S.C. – Eu não tenho. Só se o CNPq tiver, algum relatório, alguma coisa assim. Mas é um trabalho muito modesto ainda, eu acho que muito incipiente. Eu acho que é um trabalho de conclusão de curso que eu fiz com o professor Borges Pereira.

V.A. – Aí tem, antes da fundação do Geledés, a gente ainda tem, de acordo com o currículo, sua participação como coordenadora do programa da mulher negra do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, órgão do Ministério da Justiça. Isso foi em função do Coletivo das Mulheres Negras daqui?

S.C. – Eu acho que foi em função do trabalho no Conselho Estadual da Condição Feminina. O trabalho do Coletivo em apoio às conselheiras negras, posteriormente a minha entrada para o Conselho, e também na condição de direção do Conselho, a criação da comissão para assuntos da mulher negra no interior do Conselho, que foi um momento de muita riqueza em termos de produção de textos, de proposições de seminários e debates em torno da mulher negra, que interiorizou a temática da mulher

negra no Conselho e se produziram vários documentos inéditos: o primeiro calendário sobre a mulher negra no Brasil, que é de 1985, eu acho; que é um trabalho que eu tenho orgulho enorme.

V.A. – Como é esse calendário?

S.C. – Não tenho aqui a mão nada. Mas é lindíssimo esse calendário.

V.A. – Um calendário de pendurar na parede? E vem o que, as datas...

S.C. – É um primeiro resgate de mulheres negras importantes que a gente resgatou, a biografia das nossas lideranças religiosas, de mãe Senhora, de mãe Menininha de Cantuá, de mãe Aninha, de Alta de Souza... De todas as mulheres negras esquecidas. Então a gente conseguiu trazer doze mulheres, uma para cada... Reconstruir a biografia de cada uma dessas mulheres é um trabalho pioneiro que marcou esse processo de resgate. Produzimos um dossiê sobre as diferentes formas de manifestação do racismo e da discriminação racial contra as mulheres negras. Também acho que foi um primeiro documento que trouxe uma massa de informações e um conjunto de situações de discriminação das mulheres negras, que na época teve muito impacto.

V.A. – Isso tudo foi feito no Conselho Estadual?

S.C. – No Conselho Estadual. Foi quando a gente começa a introduzir o recorte racial nos diferentes temas que tem a ver com a mulher. A questão da educação, introduzir a questão, não apenas de uma educação anti-racista, mas anti-sexista. Não apenas ser anti-sexista, mas a necessidade de se lutar por uma educação também anti-racista. No tema da violência, como nós trouxemos a violência simbólica, além das formas consagradas de violência contra a mulher, violência doméstica, sexual, toda a violência simbólica, violência psíquica que a desvalorização social, estética das mulheres negras produz; as sequelas emocionais que isso produz sobre a autoestima. No tema da saúde começamos a introduzir a questão das doenças de prevalência na população negra, o reconhecimento das especificidades que as mulheres negras apresentam em termos de saúde. Questões dos índices superiores de mortalidade materna, a questão dos fatores de

risco que tem a ver com a disposição genética com algumas questões, a questão de alimentação. Ou seja, a gente começou a abrir a agenda feminista para a introdução dessa nova dimensão. Aí depois disso, eu acho a repercussão do trabalho da comissão para assuntos da mulher negra acabou resultando no convite que eu recebi então da Jaqueline Pitanguí quando ela vai para coordenar o programa nacional da mulher negra, que era sobretudo organizar o posicionamento do Conselho diante do centenário da abolição que seria em 1988. Então eu vou para lá em 87 e organizo um programa de ação com vistas ao centenário da abolição. Quer dizer, tanto uma política para o Conselho tratar a questão da mulher negra, que passa por essas linhas que a gente já vinha desenvolvendo no Conselho da Condição Feminina de São Paulo, quanto também tratar a questão do centenário da abolição em 88, do ponto de vista das mulheres negras. É quando a gente constrói o tribunal Winnie Mandela, que era a resposta, digamos, que nós resolvemos dar às comemorações governamentais para o centenário da abolição.

V.A. – Como era esse tribunal?

S.C. – O tribunal Winnie Mandela foi um processo que levou todo o ano de 88, de audiências preparatórias de um grande júri que a gente construiu, um júri encarregado de julgar a Lei Áurea. E foi um evento que teve todo tipo de complicação e que quase custou o cargo da Jaqueline Pitanguí e o meu no Conselho, pelo que representou para o governo brasileiro de confronto, de confronto com a visão comemorativa que o Estado brasileiro pretendia dar.

V.A. – Mas houve uma sessão de julgamento em si?

S.C. – Teve. Isso foi o final. Durante todo o ano se desenvolveu audiências em que se foi construindo para todos os temas, trabalho, educação, saúde, meios de comunicação... Que se foi construindo um grande diagnóstico sobre a situação das mulheres negras no Brasil no pós-abolição. E que culminou em um ato, que foi realizado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, aqui em São Paulo, um júri simulado em que os jurados eram pessoas de expressão de cada grupo, de cada setor da sociedade. Por exemplo: o rabino Sobel era um dos jurados, a Eliane Potiguara, na época com representação indígena, aquele homem que era da Anistia Internacional, como é que ele

se chamava? Ele foi secretário aqui de São Paulo, na época ele era presidenta da Anistia Internacional. Não lembro mais nada... Mas ele é. E foram convidados dois grandes juristas para fazerem o advogado de defesa e o promotor. Um deles foi, eu acho que o Mariz... Isso você tem que buscar com quem tem memória, porque eu não lembro mais. Eu vejo a cara das pessoas, mas não tenho a memória dos nomes. Se você tivesse me avisado, eu ia pelo menos...

V.A. – Mas depois a gente pede para você.

S.C. – Mariz de Oliveira, que é um dos grandes juristas aqui de São Paulo. Na época ele era presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Ou seja, buscamos o que havia de mais representativo da sociedade civil, de defensores de Direitos Humanos, de representação da diversidade étnico-racial no Brasil, a Lélia estava, a Bené, e foi assim um momento extraordinário de denúncia, de condenação. A OAB inclusive, imprimiu todo a sessão do tribunal. E nós encontramos uma mulher – também não vou lembrar o nome dela –, uma juíza, a única juíza que a gente encontrou negra, para presidir o tribunal. Foi um evento extraordinário, mas que sofreu, durante todo o processo de elaboração e até a sua conclusão, uma oposição violenta do governo. O Itamaraty chegou a nos convocar, a mim e a Jaqueline Pitanguí principalmente como presidenta do Conselho e a mim como coordenadora do projeto, exigindo explicações, tentaram nos convencer a mudar o nome do tribunal até porque, naquela época a Winnie Mandela estava na crista da onda e ela tinha uma figura muito forte, o nome dela era carregado de simbolismo, de confronto com o *apartheid*, de resistência. Então tentaram nos convencer a mudar o nome porque era nossa intenção associar mesmo a situação de miserabilidade da população negra em geral e das mulheres negras em particular, à situação sul africana. Era mostrar como os efeitos do racismo e da discriminação que se pratica no Brasil desde a abolição, os resultados eram iguais ou semelhante aos do *apartheid* sul africano. Então era tudo que contrariava, naquele momento a lógica ufanista e comemorativa que se pretendia dar ao centenário da abolição. Então foi um evento que, de fato, atritou muito e a gente sofreu pressões muito pesadas para desistir dele, mudar o nome. E realmente eu tenho que registrar aqui a coragem da Jaqueline Pitanguí naquela situação. Porque ela, como presidente, e a instituição que ela dirigia foram efetivamente ameaçadas e ela não pipocou, ela segurou e conseguimos realizar o

tribunal, que teve realmente um impacto extraordinário, pelo que envolveu da sociedade brasileira naquela... De expoentes da sociedade, de formadores de opinião, de setores progressistas de diferentes segmentos da sociedade, que aportaram a sua indignação também sobre as condições de vida da população negra, e ratificaram nossa visão sobre a falácia da abolição, do ponto de vista de ter se constituído em uma solução efetivamente integradora do negro na sociedade brasileira.

A.P. – Então, em 1988 você estava em Brasília?

S.C. – Estava.

A.P. – Você viu de Brasília as marchas de São Paulo e do Rio?

S.C. – Participei delas.

A.P. – E como é que você a reverberação, a exposição que o movimento negro acabou tendo em função...

S.C. – Eu acho que em 1988 o movimento negro brasileiro deu a resposta adequada ao Estado brasileiro, às tentativas de manipular o sentido do centenário da abolição. Acho que aquilo que a gente havia definido anos atrás como uma data de denúncia, eu acho que a gente fez isso cabalmente no contexto do centenário e foi tanto que no Rio, a repressão que foi feita em torno da marcha é a medida de quanto a gente conseguiu confrontar, mas aquela tentativa de mistificação das condições em que se deram a abolição e sobretudo, sobre o resultado disso na condição atual das populações negras.

V.A. – E em 1988, a gente tem aqui, 30 de abril de 88 – não sei se está certo – foi a fundação da Geledés. É isso mesmo, 30 de abril?

S.C. – É. 30 de abril.

V.A. – E aí eu preciso primeiro saber por que se chama esse nome, Geledés. Fiquei curiosa por que a gente fala *guê- lê -dés*? Aprendi com o Amílcar. Não é *gê- lê- dés*.

S.C. – Na verdade, a pronúncia correta é *guê- lê- dês*, porque é uma palavra ioruba. E ela tem essa coisa gutural porque, na verdade, é uma palavra escrita com um monte de tremas em cima e em baixo, como o ioruba é. Então a pronúncia correta é *guê- lê- dês*, gutural.

V.A. – O que quer dizer?

S.C. – Mas é evidente que a gente abrigou, porque além de usar *gê* e querer que as pessoas digam *guê*, Geledés, não dava para manter com todas aquelas tremas que tem. As pessoas não... então nós resolvemos abrigar e ficou Geledés. Portanto, na palavra original não tem esse acento agudo que a gente tem na forma abrigada que a gente deu. Que esse acento não tem no ioruba, aliás. Então esse... Eu não sei contar a história direitinho linearmente, porque eu nunca lembro os anos, as coisas direito. Mas esse nome vem... Como eu te falei, eu sou filha de santo, tenho todo... E durante um período, no meio dessa sua biografia, acho que não consta isso, lá pelos idos de 1984, 85 talvez... Acho que é no começo ainda da década de 1980, talvez antes do Conselho, acho que sim. Eu participei de um concurso da Fundação Carlos Chagas, aqueles concursos que a Fundação Carlos Chagas tem sobre a questão de gênero... Eu acho que é dessa época mesmo, por aí. O projeto chamado *O poder feminino no culto aos orixás*. E era um projeto de pesquisa em que eu queria discutir a mulher no Candomblé. Que era um pouco o diálogo de como a nossa mitologia negro-africana pensa a mulher, a essência feminina, em oposição a como a mulher é vista na tradição judaico-cristã. Então era um estudo com essa intenção, de demarcar toda a concepção de mulher escrita na nossa tradição, a possibilidade de identificar uma perspectiva feminista a partir de um feminismo africano a partir da mitologia; e como essa mitologia opera ainda hoje sobre as mulheres reais e concretas nesse país, posto que o Candomblé ainda é uma das poucas religiões em que há lideranças, que a mulher pode ser a liderança religiosa e as veneráveis Ialorixás são uma expressão disso. Como isso se articula a uma visão do feminino que tem um protagonismo fundamental dentro da visão de mundo que tem as nossas tradições. E como os arquétipos que os mitos trazem ainda estão presentes para as pessoas se compreenderem como um conjunto de atributos humanos, que ainda se prestam à compreensão da pessoa sobre si mesma contemporaneamente; e por fim, a

questão política que eu não me coloco a partir disso, é como se pode atualizar essa tradição desse feminismo, entre aspas, negro, presente nas nossas instituições religiosas ou nos nossos cultos voltados para o feminino, como ainda poderia ser possível se apropriar e atualizar essa tradição à luz dos desafios contemporâneos das mulheres negras no Brasil. Com base nessa salada e nessa confusão, é nessa pesquisa que eu encontro esse nome Geledés – e quando a gente sabe o que a gente quer achar, a gente não só procura como acha. E aí, Geledés – no brasileiro – são organizações religiosas femininas que existem até hoje nas sociedades tradicionais iorubas. São cultos ao poder feminino. E a dois ou um ano atrás, esses cultos foram tombados pela Unesco. Então, hoje fazem parte do patrimônio da humanidade. Então, eu costumo simplificar dizendo que é uma espécie de maçonaria religiosa de mulheres, porque é do dualismo e da contradição sexual que o mundo é engendrado, segundo a nossa tradição. Então ao poder masculino corresponde poder feminino, cada orixá masculino ou feminino, eles têm atribuições sobre uma parte do mundo, responsabilidades, domínios poderes. Ou seja, cada um detém um domínio, um poder sobre uma dimensão da natureza e esses poderes se confrontam, se harmonizam, entram em contradição novamente. E o mundo é engendrado desse encontro contraditório de contrários. Então isso faz com que existam nas sociedades tradicionais iorubas, tanto sociedades secretas femininas que cultuam o poder feminino, quanto sociedades secretas masculinas que fazem culto à ancestralidade masculina. Então Geledés...

[FINAL DA FITA 2-A]

S.C. – ...Da ancestralidade feminina. Das mães ancestrais. Mas a ancestralidade concebida como as primeiras, as matrizes mais arcaicas do feminino, anterior as próprias orixás, que já são, digamos, na tradição, aspectos socializados dessas matrizes. Ancestrais no sentido muito essencial, primeiro, original. E são organizações lideradas por mulheres, dirigidas por mulheres, e que os homens participam. Em geral são os homens que dançam nestas festas públicas da Geledés. Nossa intenção é um dia, ainda talvez quando a gente completar 21 anos, fazer, colocar a festa na rua tal como ela é realizada ainda hoje.

A.P. – Essa data, 21 anos, é importante?

S.C. – Dentro da tradição, 21 anos, são números poderosos. 21 são ciclos, do ponto de vista ritualístico é muito emblemático. Então, talvez, quem sabe aos 21 anos a gente faça a festa Geledés, a festa pública das Geledés. Acho que isso é uma coisa que a gente ainda está devendo para reverenciar essa matriz inspiradora. Então, qual era a ideia? Nessa ideia de atualização da nossa tradição, era buscar nessa tradição de culto ao poder feminino, de reconhecimento de um poder feminino, de reconhecimento de um lugar que cabe ao feminino na construção do mundo, que a gente pensou essa entidade, como também um espaço disso, um espaço de resgate dessa visão primeira atualizada aos desafios contemporâneos. Ou seja, de ser uma organização de mulheres, liderada por mulheres, em que fosse possível conter a presença masculina, mas desde que a liderança feminina fosse respeitada, que fosse um instrumento de dar voz, visibilidade e promover mulheres negras na sociedade brasileira. Então essa foi a concepção original do ponto de vista do nome. O nome trouxe essa inspiração que nós poderíamos buscar na nossa tradição de mulheres negras, na nossa tradição negro-africana os elementos para constituir uma opção política para as mulheres negras. Então, buscamos nessa tradição os conteúdos para construir um instrumento político de afirmação de mulheres negras.

V.A. – E quem mais fez parte?

S.C. – Eu acho que éramos seis na origem.

V.A. – Quem eram?

S.C. – A ata de fundação, depois você pode pegar, está lá na... [riso] Aí você pode pegar todos os nomes, certinho. Mas acho que é melhor você pegar direitinho. Eu, minha irmã Solimar, Sônia, acho que Edna Roland, Maria Lúcia da Silva. Essa Maria Lúcia que era liderança do CECAN, lembra? Mas o nome certinho está lá, no corredor tem um mural nosso em que está a ata de fundação, que está o nome. Mas eu acho que éramos seis. Então o Geledés é formado por mulheres que vêm de diferentes formas de ativismo, de militância. Gente que vinha de movimento estudantil, das lutas contra a ditadura, gente que vinha de movimento negro, gente que vinha do feminismo. Mas o que é que nos juntou? Eu acho que a gente tinha claramente... Nós surgimos de uma constatação: que

a despeito de existir um movimento de mulheres ou movimento feminista importante no Brasil, e de outro lado um movimento negro também importante no Brasil, e de nós estarmos presentes tanto em um quanto no outro, essa presença não tinha reconhecimento suficiente para que a nossa problemática específica fosse devidamente contemplada nas agendas desses dois movimentos sociais. As mulheres negras eram sempre um tema subalternizado na agenda desses movimentos, e um subitem de questões consideradas mais amplas, como: a mulher em geral ou a temática racial como um todo. E qual a consequência disso? Esta subalternização, ela também tem consequências, não só políticas, mas também faz com que as conquistas que são coletivamente conquistadas pelas mulheres acabam, no universo das relações, digamos, sociais, sendo conquistas que acabam por beneficiar prioritariamente as mulheres brancas, por força de como o racismo continua operando sobre as mulheres negras. E o contrário também se dá. A ausência de um trabalhar articuladamente, do ponto de vista político, questões de gênero e raça, também fazem com que o processo coletivo de conquistas que possam ocorrer no movimento negro, podem beneficiar prioritariamente os homens negros por força do gênero continuar a ser uma variável a achatar, a limitar as possibilidades sociais das mulheres negras. A impossibilidade de sensibilizar esses dois movimentos da maneira como nós considerávamos conveniente, fez com que tivéssemos certeza e que precisávamos construir instrumentos próprios de afirmação política que nos tornassem protagonistas efetivos. Que nos colocasse em paridade na negociação das agendas de gênero e de raça com esses movimentos sociais, e os demais. Falo especialmente desses dois pelo que eles têm de mais diretamente a ver com a nossa temática, mas é uma problemática que também a gente, hoje, enquanto movimento de mulheres negras, a gente disputa em todos os espaços da sociedade civil. Então era essa a ideia: construir organizações de mulheres negras que pudessem assegurar o lugar que nós considerávamos correto para essa temática, que pudesse representar as necessidades, interesses e desejos de metade da população feminina, que é não-branca e que carregam essas formas adicionais, mas de maneira estrutural, de discriminação e de desigualdade. A partir daí construímos o Geledés, com uma perspectiva clara de ser uma organização política voltada para o combate ao racismo, ao sexismo e a promoção das mulheres negras em particular, e do conjunto da população negra em geral. Construímos um plano de ação baseado em um tripé: Direitos Humanos, Saúde e

Comunicação, que foram os três programas iniciais nos quais nos apoiamos, e que hoje aumentaram significativamente...

V.A. – Comunicação é o quê?

S.C. – Era uma estratégia de dar visibilidade, de criar instrumentos institucionais de divulgação de nossas ideias, nossas teses, nosso trabalhos. Mas também de pautar o tema racial, a questão da mulher negra nos meios de comunicação. Comunicação também representou toda a interface entre a organização com os movimentos de mulheres e os movimentos negros. Ou seja, uma visão bem ampla de comunicação no sentido de ser tanto a busca de interlocução e parceria com outros movimentos sociais, como a produção de instrumentos de divulgação institucional, como formas de sensibilização dos meios de comunicação para a temática. Ou seja, uma estratégia bem...

V.A. – E hoje em dia, além de Direitos Humanos, Saúde e Comunicação?

S.C. – Hoje nós temos um programa de capacitação e profissionalização de jovens e adolescentes; um programa de educação e formação para a cidadania; programa de ação afirmativa, é isso. Cada um deles abriga um monte de projetos.

V.A. – E se instituiu como uma ONG, como uma organização não-governamental?

S.C. – Sim.

V.A. – Que consegue financiamentos para projetos específicos, ou tem um orçamento, um financiamento em geral que cobre o Geledés? Ou são projetos?

S.C. – Nós temos tido apoio institucional da Fundação Ford historicamente.

V.A. – Desde o começo, desde 1988, já foi fundado com esse pé na Ford?

S.C. – Não. Nós passamos a ter financiamento da Fundação Ford acho que em 1991, 92.

V.A. – E como é que sobreviveram de 88 até...

S.C. – Havia outros projetos. Eu me lembro que, acho que o primeiro financiamento nosso foi por uma organização internacional que lida com área da saúde, é a Coalition. Acho que foi a primeira doadora. Foi o primeiro financiamento que nós recebemos. Bom, historicamente, acho que é mais fácil falar isso, porque com as datas não vai dar certo. Mas historicamente nós temos sido, ou fomos, hoje não somos mais apoiados pela Coalition, foi uma coisa mais pontual. Mas para você ter uma ideia: Coalition, Fundação Ford, Fundação MacArthur, também alguns projetos com o Ministério da Justiça, porque nós temos um programa de Direitos Humanos que é bastante vasto, Fundação Cultural Palmares, Lévi-Strauss, Kodak do Brasil, esses são mais recentes, Xerox...

V.A. – Lévi-Strauss é o quê?

S.C. – Lévi-Strauss já foi no passado. Eles apoiaram um projeto de capacitação para jovens e adolescentes.

V.A. – Das calças Levis?

S.C. – Tem uma fundação chamada Levi-Strauss. Fundação Bank Boston, que a gente tem parceria hoje no projeto geração 21. Que está dentro desse programa de ação afirmativa.

V.A. – São 21 jovens, não é isso?

S.C. – 21 jovens que estão sendo apoiados desde 1999 até a conclusão da universidade.

V.A. – Desde 1999 era o quê? Era o início do...

S.C. – Quando eles chegaram aqui eles tinham entre 15 e 16 anos, uma coisa assim. Eu acho que eles estavam terminando... O projeto vai entrar no quinto ano esse ano. Então

eles estavam concluindo o primeiro grau, eu acho que tinha gente que estava na última série, ou na penúltima, não sei e...

V.A. – Entrando no ensino médio.

S.C. – O ensino médio todos fizeram já dentro do projeto...

V.A. – E como foram selecionados?

S.C. – Em escolas públicas aqui de São Paulo. O problema aqui no Geledés, se você quer saber exatamente o que acontece, você tem que falar com as coordenadoras de cada área. A pessoa ideal para falar sobre o conjunto do projeto é a Maria Aparecida da Silva, a Cidinha, que é a coordenadora do projeto. Mas foram selecionadas em escolas públicas da cidade de São Paulo, indicados pelas... Foi solicitado que as diretoras indicassem os melhores alunos, alunos que tinham excelente histórico escolar, negros de famílias de baixa renda e que tivessem talento, desejo...

V.A. – E eram meninos ou meninas e meninos?

S.C. – Meninas e meninos. São 12 meninas e 9 meninos.

A.P. – Para selecionar os alunos do Afro-Ascendentes, também foi usado a mesma metodologia: diretoras indicando?

S.C. – Não. Como é que foi o Afro-Ascendentes? Deixa eu ver se eu lembro. Não. O Afro-Ascendentes já foi um processo que o Educafro mobilizou, nós mobilizamos e depois a gente construiu um processo de seleção com base em testes mesmo de matérias, redação, entrevista, histórico de vida, já foi um processo bem mais complexo de seleção. E acho que também foi um número extraordinário: quase 500 concorrentes, 400 a 500 concorrentes, uma coisa assim.

V.A. – E com relação às meninas negras, tem sido feito projetos específicos?

S.C. – Não. Porque em todas as ações que a gente desenvolve, gênero é um tema essencial. Na verdade, em qualquer linha de capacitação para cidadania, de formação para a cidadania. Todos os nossos projetos, por exemplo, de capacitação, de profissionalização, os projetos de ação afirmativa, todos eles têm módulos fixos de formação para a cidadania e de formação em gênero e raça. Então isso faz parte de tudo o que a gente faz. Então em qualquer área as questões básicas que envolvem as desigualdades de gênero e as desigualdades de raça, a questão da luta por igualdade de gênero e de raça, esses são temas que estão sempre presentes nos nossos módulos de formação, que estão presentes também em todas as formas de capacitação, em todos os cursos ou o que se tem. Então são módulos fixos. É uma doutrinação, que todo mundo que entra tem que ser submetido. Sobretudo no que diz respeito à questão de gênero, somos uma organização de mulheres negras.

V.A. – Que já completou...

S.C. – 16 anos.

V.A. – E os melhores resultados, que você faça um balanço desses 16 anos, o que se alcançou...

S.C. – Eu acho que sempre o saldo principal a ser perseguido... A gente tem iniciativas que foram pioneiras nessa organização, eu acho que nós organizamos aqui o SOS Racismo, como a primeira experiência em São Paulo de organização de um escritório jurídico para vítimas de racismo e de discriminação racial. Eu acho que foi um serviço que teve um impacto muito grande sobretudo aqui no Estado de São Paulo, mas que acabou inspirando a multiplicação dessa linha de trabalho, de trabalhar com casos concretos de racismo na esfera judicial. Eu acho que isso acabou resultando na multiplicação desse tipo de atendimento no Brasil inteiro. Acho que em 14 estados hoje existem serviços semelhantes a esse, ou disque-racismo ou SOS Racismo mesmo. Essa concepção mudou, mudaram os nomes, mas essa linha de trabalho se tornou inclusive uma política pública, porque a maioria dos serviços que existem hoje no país realizando esse trabalho, têm apoio do Ministério da Justiça, e inclusive alguns dos estados que oferecem esse serviço, seus profissionais passaram por aqui, fizeram estágio aqui. Esse

serviço também começa a se multiplicar na América Latina através organizações de afrodescendentes latino-americanas. Tem no Uruguai, tem no Peru, inclusive no caso do Peru eles vieram e fizeram estágio aqui. Acho que tem também, eu não sei se na Colômbia, alguma coisa assim... Isso é uma primeira consequência desse trabalho que está dentro... O SOS Racismo é uma das estratégias do programa de Direitos Humanos, que eu sou coordenadora. Além disso, essa estratégia de trabalhar o caso concreto, apoiado, esse serviço surge... A inspiração para criar um projeto com esse enfoque surge do fato da Constituição de 1988 ter criminalizado o racismo pela primeira vez, então muito era a hora de testar, tanto o fôlego do princípio constitucional quanto da legislação infraconstitucional, a Lei Caó. Então organizamos tendo por mote isso, esse serviço de assistência legal, e acabou resultando nisso: na constituição de uma massa de casos concretos de racismo e de discriminação racial que permitiu dialogar com o judiciário, a atitude conservadora que ele tinha, ou tem ainda, em relação a criminalização da prática do racismo e da discriminação. Permitiu dialogar com o legislativo, e mais recentemente, eu acho que abriu um campo de pesquisa, que é o campo do Direito e Relações Raciais, que começa a se desenvolver no bojo dessas experiências. E também convocou, é um tipo de trabalho que convocou operadores de Direito negros para se envolverem com essa temática. Eu acho que tudo isso são resultados dessa experiência pioneira que acaba se multiplicando e cria, digamos, um caldo de cultura através do qual todas essas aberturas foram possíveis. Tanto essa coisa do desenvolvimento disso, do tema do Direito e Relações Raciais como tema de pesquisa, com base nos resultados alcançados pelo SOS Racismo, a gente forneceu muito dos dados que a gente tem para o escritório do gabinete do deputado Paulo Paim. E com base na forma tradicional de como o poder judiciário se manifesta em relação a esses crimes, o então deputado Paulo Paim criou... – é tudo aquilo que eu nunca lembro – ele introduziu no artigo 140 do código penal uma nova modalidade de... É injúria? Difamação ou calúnia? Acho que é injúria. Isso aí você pega. Ele introduz a injúria por motivação racial. Isso em função dos diagnósticos dos SOS racismos de como esse tipo de crime era sistematicamente arquivado, não era punido. Então ele agrava o crime de injúria por motivação racial e aí, a parte jurídica eu não sei dizer, mas é só pegar lá, ou no gabinete dele, ou essa nova figura que ele cria no crime de injúria. Então, um dos impactos do trabalho desses SOS é precisamente permitir essa intervenção legislativa. Do ponto de vista do executivo, essa coisa do fato do Ministério da Justiça vir apoiando

a grande maioria dos serviços que existem, eu acho que isso é uma das consequências que eu posso dizer desse trabalho inaugural que se fez aqui. Acho que no campo dos Direitos Humanos, a nossa estratégia foi a de fazer o tema, a temática dos Direitos Humanos reconhecer a questão racial como um eixo estrutural da violação dos Direitos Humanos no Brasil. Eu acho que a nossa militância nesse campo... Os proselitismos que acabamos fazendo em torno dessa ideia, nos rendeu alguns prêmios na área de Direitos humanos, como o do Ministério da Justiça, recebemos um prêmio do governo francês, recebemos do governo do estado de São Paulo, da OAB de São Paulo. Recebemos o prêmio... Meu Deus, porque eu não tenho mais memória? É um nome difícil, mas é o prêmio, de todos, o mais importante. Está escrito em algum lugar. Franz de Castro Holzwarth.

V.A. – Isso: Franz de Castro Holzwarth. Mas esse é para o Geledés ou é para você?

S.C. – Foi para mim, mas por conta do trabalho que eu faço aqui.

V.A. – Eu estou perguntando porque no currículo está dividido entre prêmios que o Geledés teria recebido e os seus.

S.C. – É. Tem a ver com o trabalho da organização. Então eu tributo... Porque é um prêmio na área de Direitos Humanos e eu coordeno a área de Direitos Humanos, então é um prêmio que é pessoal, mas... Olha.

V.A. – Está ali.

S.C. – Franz de Castro Holzwarth de Direitos Humanos de 1999, Menção Honrosa. Então tem a ver com o nosso protagonismo no campo dos Direitos Humanos. Acho que foi pioneiro também dessa instituição trabalhar, ter o tema da Saúde como um eixo estrutural do seu plano de ação, e que eu acho que abriu, impactou o conjunto do movimento negro a pensar a saúde como campo estratégico. Eu acho que nós começamos fortemente esse trabalho, acho que os primeiros documentos que tratam especificamente da questão da saúde da mulher negra e da população negra, foram produzidos aqui: um dossiê sobre esterilização, um caderno sobre a saúde da mulher

negra, em que se traz pela primeira vez alguns dados, que na época nem existiam aqui no Brasil, mas coletados de experiências de organizações de mulheres negras de fora, sobre a incidência de reumatose entre mulheres negras, sobre a prevalência de hipertensão arterial, e tudo que a gente conhece hoje, ou que hoje tem literatura, hoje felizmente tem teses de mestrado, de doutorado sobre esse tema, mas não eram temas que existiam em 1988. E eu acho que foi o programa de saúde do Geledés que deu importância estratégica para a temática, e eu acho que também é uma área que cresceu enormemente. Hoje é senso comum o recorte racial no tema da Saúde, como estou dizendo, há linhas de pesquisa sobre isso, há projetos institucionais, instituições importantes com esse recorte, como o SEBRAP, como o NECO, mas naquela época não tinha nenhuma organização que tinha...

[FINAL DA FITA 2-B]

V.A. – Na questão da Saúde, não é isso?

S.C. – Sim. Então eu acho que teve todo esse desdobramento. Eu acho que foi um tema que nos foi possível impulsionar grandemente, também levar para o âmbito das políticas públicas. Eu acho que a primeira experiência de introdução do quesito cor no sistema de informação da Secretaria Municipal de Saúde contou com uma participação muito grande do programa de Saúde do Geledés da época. A coordenadora, na época, do programa de saúde participou do programa de saúde da mulher da prefeitura na gestão Erundina em que os primeiros dados sobre desagregados por cor em um sistema de informação, foram produzidos nesse contexto. E são dados que, ainda hoje, são dos poucos que existem desagregando para o campo da Saúde a variável racial. E isso abriu a possibilidade para vários estudos, para fortalecer essa luta em outros Estados pela inclusão do quesito cor nos sistemas de informação das secretarias de saúde. E hoje tem toda uma luta aí pela introdução do teste do pezinho, para identificação da anemia falciforme. Tem o PAF, que é um programa de anemia falciforme, que é uma luta para que ele seja... Que teve também a colaboração, a formulação desse programa, que já é uma portaria do Ministério da Saúde, teve a participação do programa de saúde daqui. E tem linhas pesquisa. Pesquisas sobre miomatoses, hoje uma das pesquisadoras desse campo é membro do Geledés, que eu acho que realizou a primeira dissertação de

mestrado e de doutorado sobre esse tema da prevalência de miomas uterinos em mulheres negras, e toda uma discussão sobre políticas públicas necessárias para o enfrentamento, para a redução, para a prevenção dessa prevalência. Então eu acho que tem essas coisas. São temas que estão se expandindo, hoje quase todas as organizações negras trabalham com esses recortes de Direitos Humanos, com esses recortes de Saúde, com uma estratégia de Comunicação que dê visibilidade a nossa... Eu acho que a opção por trabalhar o caso concreto de racismo na esfera judicial permitiu nos dar grande visibilidade para questão do racismo e da discriminação, não como fatos isolados, mas como fatos da vida cotidiana das pessoas negras do Brasil. Vários dos nossos casos adquiriram repercussão nacional e alguns até internacional. Algumas polêmicas que foram provocadas pelo SOS Racismo tiveram impacto também até na mudança de comportamento. Não sei se vocês se lembram da polêmica que envolveu a rede Globo e o movimento negro por conta daquela novela, *Pátria minha*, em que havia uma situação de discriminação, que nós acionamos a Rede Globo através de um instrumento jurídico aí, que eu não sei dizer – pergunta para qualquer advogado que ele sabe – não sei se é uma carta registrada, um instrumento jurídico aí. Aí houve uma reação forte da emissora...

V.A. – Qual era a discriminação, porque eu não me lembro?

S.C. – Era uma cena que o Tarcísio Meira e o outro ator negro protagonizavam, uma situação muito racista, muito verdadeira, mas havia todo um tom na novela toda em que os personagens negros eram infantilizados, não eram capazes de responder a agressão que recebiam, e que as respostas vinham de personagens brancos. Eu digo sempre que os brancos no Brasil padecem da síndrome de princesa Isabel. A gente questionou a emissora, e isso rendeu um três meses de polêmica nos meios de comunicação, até que um autor veio a público – acho que era Sílvio de Abreu –, disse que eram justas as posições, a crítica das organizações negras era justa e que ele pretendia na próxima novela introduzir uma família negra, pela primeira vez na história da telenovela brasileira. E foi o que aconteceu. Não só houve uma retratação da emissora em relação a esse caso *Pátria minha*, que foi feita no *Fantástico*, em que eles pautaram uma matéria sobre situações de racismo e discriminação, as formas contemporâneas, que as pessoas poderiam buscar reparação. E depois construíram uma cena no interior da novela, que

uma personagem fazia retratação daquela cena que tinha sido objeto de contestação e de fato, em uma próxima novela das sete, acho que *A próxima vítima* foi introduzida pela primeira vez uma família negra, que era composta pelo Antônio Pitanga, Zezé Motta, a Camila Pitanga e o Norton Nascimento, e mais um outro rapaz. Que foi um fato inédito, e de fato, toda essa ação... Mas foi uma ação muito penosa para a organização, porque foi uma briga completamente desigual, um duelo meio de Davi e Golias, foi uma coisa mais ou menos dessa mesma proporção e a gente contou com pouca solidariedade da sociedade civil nesse enfrentamento porque todo mundo tem pânico de enfrentar a Globo, então nós ficamos em uma situação de grande isolamento. Poucos grupos foram solidários com a gente nesse enfrentamento, e eu faço questão de registrar aqui, que foram lésbicas e gays os principais grupos que nos apoiaram desde o começo até o fim nesse enfrentamento. E resistimos, porque isso ficou meses na opinião pública, eles escrevendo artigos dizendo que nós éramos reacionários atrasados, estávamos cerceando liberdade de expressão. E a gente questionando o sentido daquelas imagens, a forma como aquilo tudo foi apresentado ao grande público. Ao fim, ao cabo, vencemos. E acho que, é a partir de então que se percebe uma relativa mudança na presença dos negros nos meios de comunicação e uma relativa alteração nas formas tradicionais que os personagens negros são retratados. Há uma pequena diversificação que eu acho que tem por paradigma essa primeira novela do Sílvio de Abreu, que cuja inclusão surge dessa polêmica que foi travada no caso *Pátria minha*.

A.P. – Essa novela que está no ar hoje, *Da cor do pecado*, como é que você vê?

S.C. – Eu acho que a primeira coisa importante aí é o fato de ter uma protagonista negra, a Taís Araújo. Acho que é importante isso. Eu não acho que é possível esperar que a rede Globo faça alguma coisa em torno desse tema que seja muito consequente, do ponto de vista da nossa visão. Mas ter uma jovem atriz como a Taís como protagonista de um dos horários nobres é uma coisa importante. Eu acho que a audiência da novela é uma coisa muito importante para a gente analisar, porque sempre se diz que negro não vende, negro não dá IBOPE, e é uma novela protagonizada por uma jovem atriz negra, que durante alguns meses teve o mesmo desempenho, do ponto de vista do IBOPE, que a novela principal que é a novela das oito. Rivalizou em audiência com o carro-chefe da emissora, que é a novela das oito, protagonizada por

Malu Mader, Cláudia Abreu e todo aquele *staff* de primeira linha dos atores da Globo. Então, eu acho que para o currículo é extraordinário. O que demonstra isso, essa coisa da audiência enorme? Que o tema é um tema que tem interesse: discutir a questão racial. Pautar isso é alguma coisa que é do interesse das pessoas, elas assistem porque querem... é uma forma de estar nesse debate. Mesmo que eles discutam mal a questão racial, a protagonista é uma mulher negra e isso faz toda a diferença. Do ponto de vista do imaginário é importante porque valoriza esteticamente a beleza negra que a Taís representa. Eu acho que, com todos os limites que a gente sabe perfeitamente que a rede Globo tem para tratar desses temas, é preciso abrir espaço para disputar esse imaginário hegemonicamente branco, do ponto de vista estético. Então eu acho que desse ponto de vista eu acho importante. Acho importante isso: ter essa menina protagonizando essa novela, abre um precedente para outras atrizes negras. Não vem com a história que a audiência que a novela consegue... Eu acho que desmente a idéia de que são temas que o público não quer discutir, não quer debater, não quer... ou imagens que não se quer ver. E também, o menino que trabalha ao lado da Taís, o menino negro que puxa também a história com a Taís, acho que o menino é o melhor ator da novela e ele também abre uma nova possibilidade aí, que eu acho que é importante, recria o imaginário sobre as crianças negras, porque ele não é uma criança favelada, que está em uma situação de violência, não: é um garoto negro, inteligente, talentoso, como está cheio também por aí e cuja a imagem e normalidade estão sendo valorizadas dentro daquele contexto. Eu acho importante também, as crianças negras poderem ter uma outra imagem de criança negra, que não apenas as imagens de filmes como o *Cidade de Deus*.

A.P. – Voltando aqui lá para 1988, o Encontro Estadual de Mulheres Negras no Rio. Queria saber se o Geledés, que já tinha sido fundado em abril e o encontro foi em setembro, se há uma participação do Geledés, se você estava lá?

S.C. – Eu estava no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e eu apoiei institucionalmente o Encontro. Nós não apenas apoiamos os encontros estaduais, como apoiamos objetivamente a realização do encontro nacional e todas as mulheres do Coletivo e do, emergente, Geledés, estiveram presentes nesse Encontro. Inclusive eu

escrevi, acho que o primeiro documento de avaliação desse processo organizativo de 1988, das mulheres negras.

A.P. – A Articulação de Mulheres Negras, eu não me lembro o nome exatamente. É articulação mesmo?

S.C. – Hoje existe a Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras.

A.P. – Ela surge, se fortalece...

S.C. – Ela surge no contexto de Conferência de Durban. É o processo de Durban que cria essa Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras para organizar a participação política das mulheres negras na Conferência e eu acho que é um dos momentos mais bonitos do movimento de mulheres negras brasileiro. Nós fomos a maior delegação. O Brasil foi a maior delegação. Na conferência regional a gente já fez toda a diferença, o movimento de mulheres negras se articulou com organizações regionais latino-americanas de afrodescendentes. Participaram da elaboração dos documentos que a Aliança Estratégica Afro-Latino-americana e Caribenha levou para a Conferência Regional de Santiago. Participaram de todas as instâncias de negociação de todos os processos da sociedade civil, na delegação oficial do Brasil. O protagonismo das mulheres negras brasileiras foi total no contexto da Conferência, tanto Regional das Américas como Conferência de Durban, o suficiente para merecer uma declaração da ex-alta-comissária de Direitos Humanos, Mary Robinson. Ela fez um comentário de que as mulheres negras brasileiras tinham feito toda diferença no contexto da Conferência de Durban. E eu acho que a frase dela expressa o protagonismo que foi realizado pelas mulheres negras.

V.A. – Você foi ao Chile e a Durban também?

S.C. – Nós organizamos a delegação de mulheres negras brasileiras. Nós e as outras organizações da Articulação de Mulheres Negras. Os documentos das mulheres negras. E tanto é, que a carta de Durban, ela incorpora a maioria das proposições que nós conseguimos incluir na Conferência de Santiago do Chile. Se você pegar Durban e a

Conferência Regional de Santiago, a Conferência das Américas, o documento final da Conferência das Américas é produto dessa aliança, das propostas que foram encaminhadas por essa Aliança estratégica Afro-Latino-americana e Caribenha que envolveu organizações do Brasil e organizações negras da América Latina e do Caribe. E nós fomos representantes da Aliança, uma das organizações da coordenação política da Aliança estratégica Afro-Latino-americana e Caribenha. E era o nosso papel mobilizar e levar, e ajudar a passar essas proposições. E o resultado de Durban é grandemente a plataforma que defendemos já na Conferência de Santiago.

V.A. – O Geledés não participou do ENEN?

S.C. – Participamos do ENEN sim. O ENEN foi...

V.A. – Em 1991.

S.C. – Teve mais de um ENEN, não teve?

V.A. – O primeiro ENEN que eu estou me referindo, do Pacaembu.

S.C. – Participamos. Mas no contexto do ENEN, nós tínhamos... Eu não me lembro mais do debate em torno, mas eu me lembro que a nós tínhamos uma posição, nós tínhamos um alinhamento com a posição do MNU, na época. Houve uma polarização de posições no contexto do ENEN, e nós estávamos alinhadas às posições defendidas pelo MNU. Aquele contexto eu também não lembro mais.

V.A. – Acho que o MNU não chegou a participar do Encontro, do ENEN.

A.P. – Fizeram um fórum paralelo.

S.C. – Espera aí, teve um pedaço. Participou, teve uma polarização... Como a coisa acaba, eu não lembro bem, mas eu sei que houve essa polarização de posições, e eu me lembro que nós defendíamos as mesmas posições do MNU naquela época.

V.A. – E a marcha de 1995, dos 300 anos de Zumbi?

S.C – Eu acho que depois do centenário da abolição, das ações, das marchas que fizemos por conta do centenário da abolição, a marcha de 1995, a Marcha Zumbi dos Palmares pela Cidadania e a Vida, de 1995, foi o fato político mais importante do movimento negro contemporâneo. Acho que foi um momento também emblemático e que nós voltamos para as ruas, e com uma agenda crítica muito grande, e com palavras de ordem muito precisas que expressavam a nossa reivindicação de políticas públicas que fossem capazes de alterar as condições de vida da nossa gente. Foi um processo rico, extraordinário. Eu fiz parte da coordenação executiva da Marcha naquela oportunidade. A executiva da Marcha foi recebida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, naquele ato ele assinou o decreto de criação do Grupo de Trabalho Interministerial para pensar políticas públicas para população negra. Dali surgiram, digamos, as iniciativas que o governo Fernando Henrique acabou tendo em relação a temática racial, que até o término, resultou em políticas de cotas para alguns...

V.A. – Ministérios.

S.C. – Ministérios e tudo mais. Ou seja, eu acho que ali se desencadeou esse processo. A criação do Grupo de Trabalho Interministerial foi a resposta que o governo ofereceu a Marcha. A implementação das propostas construídas por aquele grupo, liderado pelo Hélio Santos, não alcançaram plena inclusão ou efetivação, mas é certo que, historicamente é preciso registrar que foi no contexto do governo Fernando Henrique Cardoso, que as primeiras políticas de promoção da igualdade foram gestadas e implementadas. E isso é um fato histórico que tem que ser reconhecido. E que, no novo governo, acaba tendo novas dimensões com a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a SEPPIR. Mas tem um ato inaugural, nas iniciativas do governo anterior de Fernando Henrique Cardoso, que tiveram na Marcha de 1995 o ponto emblemático de diálogo e de reivindicação, entre o movimento social negro e o governo brasileiro. E agora nós estamos nos preparando para a Marcha mais 10. No próximo ano fazem 10 anos da Marcha e nós pretendemos no ano que vem, voltar às ruas, com uma mobilização ainda, esperamos, muito superior. E retornar as ruas, nessa grande marcha comemorativa dos 10 anos da Marcha Zumbi dos Palmares, é uma

convocação de uma das lideranças negras mais queridas do movimento negro brasileiro, o Edson Cardoso, que foi coordenador da primeira marcha e que novamente nos convoca para voltar para as ruas, e novamente exigir políticas que possam alterar significativamente as condições de vida da nossa gente. Esse é o nosso próximo ponto de agenda, uma ação política que a gente espera ser massiva e unitária.

V.A. – Entre essas políticas que estão sendo implementadas, ou está havendo muita discussão atualmente, é a questão da ação afirmativa, e mais especificamente, das cotas. Vocês aqui do Geledés, você especialmente, tem uma posição favorável às cotas?

S.C. – Não só temos, como é nosso o primeiro projeto de ação afirmativa do Brasil, que é esse projeto de 1999, o Geração 21, que é anterior inclusive a Durban e tudo mais. Acho que é o primeiro projeto de ação afirmativa que articula ONG, governo e iniciativa privada. E que foi um projeto modelo, um projeto exemplar que a gente quis construir para ajudar a desestigmatizar a percepção da sociedade brasileira em relação às ações afirmativas e às cotas. Eu tenho sido uma militante, eu tenho trabalhado o tema das cotas. Eu sou articulista do jornal *Correio Brasiliense* e tenho usado a coluna para fazer a defesa das iniciativas de implementação de cotas na universidade. Nós não temos nenhuma dúvida sobre a justiça tanto das políticas de cotas como da necessidade das ações afirmativas para dar conta da inclusão dos segmentos da nossa população que se encontram aptos para a disputa social e que por força de processos de discriminação, não tem as mesmas possibilidades de adentrar a esses espaços, nos níveis superiores de educação e em outras situações do mercado de trabalho e tudo mais. Então não temo nenhuma dúvida. Desde de 1999 que a gente já faz experiências completas nessa linha.

V.A. – E atualmente você faz parte do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, não é?

S.C. – Sim. Eu fui convidada para fazer parte, eu integro o Conselho em nome da Articulação Nacional de ONGs de Mulheres Negras brasileiras. É importante estar no Conselho com essa representação porque tem a ver com aquilo que eu disse do sentido de organizações como o Geledés, Criola no Rio de Janeiro, IMENA no Acre, Casa da Cultura da Mulher Negra de Santos, e hoje, felizmente, várias organizações de mulheres negras. É importante para que esse seja um setor reconhecido como um setor que tem

demandas muito próprias e específicas para a sociedade brasileira e para o governo, e é importante do ponto de vista do reconhecimento de uma instância dessa, de que existe esse protagonismo e que esse setor tem o que dizer, tem demandas muito próprias para colocar para a sociedade. Agora, a composição do Conselho...

[FINAL DA FITA 3-A]

S.C. – ...Não é uma composição que favoreça as agendas, as pautas da sociedade civil. A sociedade civil está minoritária. A representação majoritária é a representação empresarial, a segunda maior representação é sindical, e aí nós temos alguns, umas três, quatro representações de sociedade civil ou da Academia. Então, nós somos absolutamente minoritários, digamos, a sociedade civil tem uma presença minoritária e a sua agenda é uma agenda que é crítica em relação aos interesses, sobretudo, dos grupos majoritários e hegemônicos dentro do Conselho. Então a possibilidade de pautar e de efetivamente alterar a lógica prioritária, que é a relação capital-trabalho que está posta dentro do Conselho, é muito pequena. Mas de qualquer maneira é um espaço em que, os poucos que lá estamos, continuamos a dizer aquilo que a gente vem historicamente dizendo e cobrando, enquanto sociedade civil no seu sentido mais estreito, que envolve esses segmentos de ONGs, dos movimentos sociais como mulheres, negros, tudo mais. Eu tenho participado pouco do Conselho porque eu estou em processo de construção de minha tese. Então a minha suplente, Jurema Werneck, do Criola, lá do Rio de Janeiro, é quem vem toreando fundamentalmente as reuniões do Conselho.

Mas você tinha me perguntado antes, qual saldo... O que eu considero o principal saldo mesmo do Geledés, o que nos enche mais de orgulho é o fato do Geledés ter inspirado a criação de inúmeras outras organizações de mulheres negras no Brasil. Eu acho que em concordância ou em oposição ao que nós construímos enquanto... oposição no sentido de diferenças, com uma ênfase aqui ou lá... Mas de qualquer maneira, eu acho que o resultado do Geledés enquanto organização de mulheres, o resultado político inspirou a multiplicação de organizações de mulheres negras no país todo. E hoje nós temos organizações de mulheres negras do Oiapoque ao Chuí. No país todo, do Rio Grande do Sul ao Amapá, a gente tem organizações de mulheres negras.

V.A. – O Geledés foi pioneira?

S.C. – Antes de nós, o Nzinga. Mas o Nzinga acabou, eu não sei se existe ainda, mas houve um grande tempo... Nós nos inspiramos no Nzinga, que era uma organização liderada pela Lélia. Nós não somos a primeira do país, acho que nós somos a primeira ONG, com esse formato mais propriamente de ONG eu acho que talvez a gente seja a primeira. E nesse momento eu acho que nós somos a mais velha. Eu não sei o Nzinga hoje como está. Houve um momento que eu acho que elas interromperam as atividades, alguma coisa assim. Não sei hoje. Mas eu acho que nós somos as mais velhas hoje em ação. O que inspirou, eu digo que inspirou o nascimento e a criação de outras organizações, eu digo isso no sentido de que ofereceu às mulheres negras a certeza de que era possível fazer. Nesse sentido: é possível, dá para fazer, dá para sobreviver no tempo nessa luta e dá para interferir, dá para pautar as nossas coisas... E isso que eu acho que é legal, foi dizer para as pessoas que era possível e a partir daí isso tem se multiplicado no país. Cada dia nasce uma organização de mulheres negras, hoje já inspiradas ou no Criola, ou na Casa de Cultura da Mulher Negra, ou no próprio Geledés, ou seja, há muitas outras referências hoje. Cito essas porque também são as mais velhas, além de nós. Então eu acho que isso que é bonito e o resultado desse crescente protagonismo das mulheres negras pode ser medido, eu acho, pelo que foi a presença das mulheres negras nessa conferência, que acaba de se encerrar, a primeira Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, convocada pela Secretaria da Mulher, conduzida pela ministra Nilcéa Freire, 46% das mulheres presentes eram mulheres negras. Então eu acho que é a medida de como vem se realizando aquilo que eu venho dizendo que as mulheres negras estão enegrecendo o feminismo no Brasil. E não é apenas quantitativamente, mas também enegrecendo a agenda do movimento feminista brasileiro. E um outro exemplo disso, desse processo de enegrecimento do feminismo e das políticas públicas para as mulheres, é o fato de que dentre as diretrizes aprovadas por essa Conferência, que será a base para a construção do plano de ação das políticas públicas para a promoção da igualdade das mulheres, uma das diretrizes é que raça e etnia sejam variáveis que recortem toda e qualquer política pensada para a promoção da igualdade das mulheres. Então, acho que esse é o resultado político, o saldo político dessas... É o status que raça e etnia vem conquistando, tanto na agenda feminista, na

agenda do movimento de mulheres, como também o reconhecimento político, porque implementação sempre é outra coisa, no âmbito das políticas públicas. Acho que é isso.

V.A. – Entre os sucessos recentes do movimento, está a Lei 10.639. Como é que você vê essa lei que já fez mais de um ano, já tem um ano e meio?

S.C. – É. Eu não estou acompanhando o debate sobre o processo de implementação dela. Agora, é uma conquista importante porque é uma reivindicação antigüíssima do movimento negro brasileiro. Eu não estou acompanhando porque eu estou um pouco confinada com esse negócio de tese... Eu estou um pouco apertada com os meus prazos, então estou acompanhando pouco. Mas eu tenho visto, tem chegado até mim o reboiço que a Lei provocou nas editoras que produzem livros didáticos ou paradidáticos. Então é uma coisa que está efervescendo e parece que muita coisa deve ser produzida e lançada nos próximos anos, e eu já tenho visto algumas coisas, algumas coisas muito ruins, algumas coisas muito interessantes, mas há uma linha editorial, podemos dizer, que abriu aí a uma efervescência no campo editorial dos paradidáticos e didáticos, em torno dessa coisa, que me parece uma coisa muito positiva. Vai surgir muita coisa, nem tudo de qualidade, mas o importante é que entre no cotidiano escolar, que o tema esteja posto.

A.P. – Como você está vendo a atuação da SEPPIR?

S.C. – Olha, eu acho que, no caso da SEPPIR, tem que esperar ainda. Porque a SEPPIR é o último órgão a ser criado, é o mais jovem dos órgãos do governo. Começa sem orçamento porque entrou sem orçamento. É jovem, sem orçamento e o orçamento que dispunha é ínfimo. Então, já nasce, já surge com muitas limitações. Sobretudo orçamentárias. Acho que esses órgãos, e aí eu falo também pela experiência que eu tive nos Conselhos de Direitos da Mulher, esses órgãos específicos, eles sempre se colocam nos organogramas das estruturas governamentais com esse status de sub-tema, de temas de relevância menor do que os demais. Então são temas que dispõem de menos recursos, de menor importância política, ou seja, as nossas temáticas são temáticas subestimadas do ponto de vista social, do ponto de vista dos governos. Então os órgãos que são criados refletem esse status, a hierarquia dos sujeitos políticos. E como nós

somos sujeitos políticos inferiorizados, os órgãos que são construídos para nós também são órgãos de baixa intensidade, em termos de poder operacionalizar. Mas eles também são importantes apesar disso, a existência deles também é importante porque eles se constituem em um instrumento de forçar um diálogo que faça avançar políticas públicas no governo para as nossas populações, para mulher e para negros. Então eu acho que o desafio da SEPPIR é vir a construir fatos políticos que obriguem o governo a um maior reconhecimento desses órgãos, da necessidade de apoiá-los, equipá-los; da necessidade de ter mais recursos para trabalhar, orçamentos superiores... Eu acho que é um desafio que a gente sempre teve desde que foi criado o primeiro instrumento institucional com os conselhos das mulheres e o conselho do negro é um desafio permanente esse, de conseguir sensibilizar o conjunto dos ministérios para incorporar as demandas, porque geralmente esses órgãos, são mais órgãos... Eles não são órgãos executivos. Ele é formulador, mas as políticas são executadas por outros ministérios com maior orçamento, com maior importância institucional dentro do governo. Mas o trabalho é esse. O fato de a SEPPIR ser uma Secretaria com status de Ministério, já é... E o mesmo ocorreu com a Secretaria da Mulher, já é um avanço quando consideramos a situação dos conselhos, principalmente dos últimos anos. Dos conselhos, por exemplo da mulher, dos conselhos do negro, que acabaram se constituindo em órgãos que não tinham esse tipo de prestígio que essas duas secretarias têm hoje, a secretaria da Mulher e a SEPPIR. Então, tendo em vista que se avançou em relação a essas outras formas anteriores, tem que continuar lutando para ampliar o reconhecimento de instâncias governamentais como essa. Esse é o desafio. E não é simples não, porque são temáticas que gozam de um status muito pequeno para o conjunto da administração. Então é uma conquista diária sensibilizar os outros agentes, os outros gestores públicos para incorporar essas óticas de gênero e de raça que essas secretarias trazem.

V.A. – Nós temos aqui no seu currículo: membro do comitê sênior do projeto “*Discriminação, preconceito, estigma: relações de etnia*”, da Faculdade de Educação de Educação da USP.

S.C. – Isso foi um projeto que existiu durante alguns anos, que era um projeto... Ele inclusive existiu, acho que de 1986 a 89, alguma coisa assim. Foi o processo de debate sobre a questão da desigualdade dos negros no acesso à educação, e era um comitê que

era formado por pessoas de diferentes... Porque também era parte de um diálogo inter-religioso, então eram diferentes grupos étnicos e religiosos que discutiam o tema das desigualdades no campo da educação. Acho que hoje não existe mais.

V.A. – E os seis irmãos? Você falou da sua irmã que fundou junto o Geledés. E os outros?

S.C. – Que hoje é presidenta do Geledés, Solimar Carneiro. Eu tenho uma irmã professora de primeiro grau, de ensino fundamental; minha segunda irmã Solange é professora de ensino fundamental; meu terceiro irmão, Geraldo, é marceneiro; a minha quinta irmã é a Solimar, presidenta do Geledés, ela tem a faculdade de arquitetura incompleta. Ela entrou em arquitetura, abandonou e não fez mais nada. Suelaine é socióloga; Celmo é técnico de computação e Gerson é, como é que chama esses caras de computação também que... Programador. Esses que abrem o micro, fecham, tiram tudo do lugar e põe tudo dentro. Isso aí.

V.A. – As mulheres todas com S...

S.C. – Analista de sistemas.

V.A. – As mulheres são todas com S. E os homens, tem um Geraldo, um Gerson, mas tem o outro com S também.

S.C. – Não. Celmo com C. Antônio Celmo dos Santos. É que ele é caçulinha, então a gente chama de Celmo, Celminho, é o neném. Mas, elas todas com S. Nós somos todas Aparecida S. Carneiro, as mulheres.

V.A. – Quem é Aparecida?

S.C. – Aparecida Sueli, Aparecida Solimar...

V.A. – Mas é de avó, alguma coisa?

S.C. – Não. Elas me matam, elas todas querem me matar por causa desse Aparecida. Porque esse Aparecida é por minha causa. Porque é fruto de promessa que a minha mãe fez a Nossa senhora de Aparecida porque eu fui uma criança muito doente. Eu fui desenganada antes de completar dois anos de idade. Fui desenganada pela medicina, aí minha mãe fez promessa para tudo quanto foi santo, correu e se apegou com o espiritismo, e eu sei que uma das promessas que ela fez foi, que se eu me salvasse, todas as filhas que ela tivesse se chamaria Aparecida.

V.A. – Você já estava registrada, já era Aparecida Sueli, não é?

S.C. – Pois é. Isso porque ela era devota de Nossa Senhora de Aparecida. Mas depois que eu fiquei doente, péssima, ia morrer... Ela disse: “Todas as filhas que eu tiver se chamarão Aparecida se ela se salvar.” Então, todas as outras se chamam Aparecida por causa disso. Elas só faltam me matar também por causa disso.

V.A. – E filhos? Tem filhos?

S.C. – Tenho uma linda filha.

V.A. – Aparecida?

S.C. – Não. [risos] Luanda.

V.A. – Qual a idade dela?

S.C. – 24 anos. Ela é bailarina formada pela PUC de São Paulo, e ela é linda, charmosa, inteligente, afetuosa: ela é um luxo! [riso] É o pedaço perfeito da vida.

V.A. – Que ótimo.

S.C. – Ela é muito legal.

A.P. – Então faz um balanço para a gente dessa dinâmica do movimento de mulheres negras para a gente encerrar bem encerrado.

S.C. – Eu acho que eu já fiz. Eu acho que tem aí um crescente protagonismo de mulheres negras. Acho que nós estamos aí, nós estamos presentes no âmbito da sociedade civil. Eu acho que a gente tem estado nos principais fóruns da sociedade civil, nos posicionando, discutindo, colocando a nossa ótica. Temos enfrentado o desafio de pensar questões que a gente não esperava, em tão pouco tempo termos com as quais nos ocupar. Por exemplo, questões de desenvolvimento, com questões relativas... Os temas por exemplo, que o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social se depara. Tivemos que aceitar e encarar o desafio de pensar temas como a reforma tributária, reforma da previdência, pensar as questões todas tributárias que estão postas no país, política industrial, desenvolvimento, análise de conjuntura, neoliberalismo, ou seja, em menos de duas décadas, nós tivemos que encarar esse tipo de desafio, de estar palpitando sobre esses temas, estar tendo que aprender sobre essas questões, estudar essas questões, opinar sobre esses temas e tem sido inclusive também, uma experiência difícil, dura, e não só para nós, para o conjunto do movimento de mulheres, são temas árduos, são temas que não são os temas cotidianos da nossa agenda, mas nós estamos assumindo e enfrentando esses desafios. A Jurema Werneck tem dado muita canelada lá nos ministros, sobretudo da área econômica. Acho que isso é o patamar em que nós estamos hoje. Acho que na conferência nacional, um outro momento também que a gente teve também que estar na situação de ter que dialogar com o governo da nossa perspectiva. Eu tive que fazer uma mesa semana passada com o ministro José Dirceu em uma das mesas da Conferência, e as mulheres, o movimento de mulheres como um todo, na sua maioria, com uma posição muito crítica em relação à política econômica, em relação às políticas sociais ou a quase inexistência das políticas sociais. Ou seja, são confrontos que a gente não esperava ter que travar tão... Que chegaram mais rápido do que a gente imaginava e sobretudo mais rápido do que a gente estava, de fato, preparada para eles. Então tem sido, ao mesmo tempo, um exercício de protagonismo e de aprendizado, de correr atrás, de fazer supletivo em uma série de questões. E eu acho que o movimento de mulheres negras é hoje um laboratório importante de produção de agendas democratizantes para a sociedade brasileira.

V.A. – Que ótimo. Estou satisfeita. Quer falar mais alguma coisa?

S.C. – Não. Eu não queria nem ter falado tanto.

[FINAL DO DEPOIMENTO]